

**DANIELA MEDEIROS DO NASCIMENTO**

**Agricultores familiares agroecológicos da região Metropolitana de Curitiba:  
(cadeia produtiva de hortifruticultura)**

**CURITIBA  
2013**

**DANIELA MEDEIROS DO NASCIMENTO**

**Agricultores familiares agroecológicos da região Metropolitana de Curitiba:  
(cadeia produtiva de hortifruticultura)**

Trabalho apresentado para obtenção parcial do título de Agronegócio no curso de Pós-Graduação em Agronegócio do dep. De Economia Rural e Extensão, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Luciano de Almeida

**CURITIBA  
2013**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço especialmente ao grupo Dois Pinheiros que gentilmente me acolheu durante os seus encontros mensais, e a seus membros que me concederam por vezes horas de atenção durante entrevistas individuais. Agradeço também as organizações Trias, Unicafes, Cresol e AOPA das quais me serviram de inspiração para a elaboração deste trabalho.

## SUMÁRIO

|           |  |           |
|-----------|--|-----------|
| <b>1.</b> | <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>6</b>  |
| <b>2.</b> | <b>OBJETIVO DO TRABALHO .....</b>  | <b>9</b>  |
| 2.1       | OBJETIVO GERAL .....   | 9         |
| 2.2       | OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....  | 9         |
| <b>3.</b> | <b>REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....</b>   | <b>10</b> |
| 3.1       | FUNDAMENTOS DA AGROECOLOGIA .....  | 10        |
| 3.2       | DESAFIOS E AVANÇOS DA PRODUÇÃO ORGÂNICA NO BRASIL E NO MUNDO .....   | 12        |
| 3.3       | DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA CADEIA DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS NO BRASIL...   | 15        |
| 3.4       | AGROECOLOGIA E AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO PARANÁ .....  | 20        |
| 3.5       | MOVIMENTO AGROECOLÓGICO NA CIDADE DE RIO BRANCO DO SUL: REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.....  | 23        |
| <b>4.</b> | <b>METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS .....</b>   | <b>28</b> |
| <b>5.</b> | <b>RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>  | <b>32</b> |
| 5.1       | PRINCIPAIS DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA DIMENSÃO PRODUTIVA AGROECOLÓGICA DE HORTIFRUTICULTURA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA .....                   | 32        |
| 5.1.1     | <i>Assistência Técnica</i> .....   | 33        |
| 5.1.2     | <i>Certificação</i> .....  | 37        |
| 5.1.3     | <i>Insumos</i> .....   | 42        |
| 5.2       | PRINCIPAIS DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA DIMENSÃO ECONÔMICA NA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA DE HORTIFRUTICULTURA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA .....       | 46        |
| 5.2.1     | <i>Mercado</i> .....   | 46        |
| 5.2.2     | <i>Consumidor</i> .....  | 51        |
| 5.3       | PRINCIPAIS DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA DIMENSÃO POLÍTICO-SOCIAL NA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA DE HORTIFRUTICULTURA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA ..... | 55        |
| <b>6.</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>  | <b>60</b> |
| <b>7.</b> | <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>64</b> |

## **Listas**

|   |    |
|---|----|
| FIGURA 1: PRINCIPAIS CORRENTES DE PENSAMENTO LIGADAS AO MOVIMENTO ORGÂNICO E SEUS PRECURSORES ..... | 11 |
| FIGURA 2: CADEIA PRODUTIVA DE ALIMENTOS ORGÂNICOS .....   | 17 |
| FIGURA 3: REPRESENTAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA HORTIFRUTÍCOLA .....                                    | 32 |

## **RESUMO**

O objetivo deste trabalho consiste em compreender os principais entraves e potencialidades na cadeia de produção agroecológica de hortifruticultura praticada por produtores familiares da região metropolitana de Curitiba. Para isso, foi realizado um estudo de caso com o grupo Dois Pinheiros, situado no município de Rio Branco do Sul, no estado do Paraná, na região do sul do Brasil. Tomando como base o grupo estudado, foi possível analisar qualitativamente a atuação de produtores familiares diante as dificuldades e potencialidades atreladas às dimensões técnico-produtiva, econômica e político-social incutidas na cadeia de produção agroecológica de hortifruticultura. O estudo demonstra que no ambiente globalizado atual produtores familiares necessitam cada vez mais combinar instrumentos e alternativas intrínsecos em cada uma das dimensões para obterem sucesso e domínio da cadeia de produção orgânica da qual estão inseridos. No entanto, é necessário considerar localmente os aspectos socioculturais de maneira a potencializar a atuação de produtores familiares agroecológicos nos espaços de gestão participativa, fortalecendo a sua autonomia e iniciativas de desenvolvimento em rede a nível local e regional.

Palavras chaves: agroecologia, hortifruticultura, agricultura orgânica, agricultura familiar, organização em rede.

## **ABSTRACT**

The objective of this paper is the understanding of the main barriers and potentials in the agro-ecological horticulture and fruit chains cultivated by smallholders in the metropolitan region of Curitiba. Thus, through the Dois Pinheiros group, a case of study was conducted in the city of Rio Branco do Sul, in the state of Paraná, southern Brazil. Based on the studied group, it was possible qualitatively analyze the role of family farmers face on the difficulties and potentialities related to the dimensions of technical-productive, economical and political-social, which are instilled in the agro-ecological chains of horticulture and fruits. The study highlights that in the current globalized environment, family farmers, increasingly need combine opportunities and alternatives inherent in each of these dimensions, in order to achieve success in the field of organic supply chain, which is involved. However, it is necessary to consider locally social and cultural aspects, in order to enhance the performance of agro ecological family farmers into participatory management spaces, strengthening autonomy and network development initiatives on the local and regional levels.

Keywords: agroecology, horticulture chain, organic agriculture, family farming, network development.

## 1. INTRODUÇÃO

O crescimento da agricultura orgânica no Brasil é um fenômeno complexo, cuja compreensão exige abordagens que vão além dos aspectos técnicos da produção. Faz parte de um processo de mudanças nas dinâmicas atuais do desenvolvimento rural e, portanto, demanda que as dimensões socioeconômicas, políticas e ambientais sejam consideradas como elementos condicionantes de seus avanços e seus gargalos. Altieri e Nicholls (2005, p.29) destacam que para uma compreensão mais abrangente do contexto agrícola são necessários estudos que relacionem agricultura, ambiente global e sistemas sociais, pois, o desenvolvimento agrícola é o resultado de complexas interações de múltiplos fatores.

A compreensão destas interações é um fator desafiante na conjuntura da agricultura moderna, a qual prioriza os seus investimentos em mercados globalizados e commodities agrícolas. Tais prioridades têm potencializado os riscos econômicos e ecológicos, como: flutuações de mercados, pragas agrícolas e contaminação dos alimentos e meio-ambiente com pesticidas. Esta combinação de riscos tem promovido elevada exclusão de agricultores familiares dos diversos setores da sociedade.

Contrapondo tais perspectivas da agricultura moderna, a agricultura de base ecológica propõe a aplicação de princípios ecológicos à produção agropecuária, a partir da incorporação de técnicas alternativas ao modelo convencional de produção agrícola. Segundo Canuto (2003), existem várias escolas, estilos ou correntes que compõem a agricultura de base ecológica, das quais destacam-se: Agricultura Natural, Agricultura Orgânica, Agricultura Biológica, Agricultura Regenerativa, Agricultura Biodinâmica e Permacultura. Apesar de terem como foco principal o viés tecnológico, estas escolas também associam à agricultura orientações sociais, religiosas ou filosóficas.

Dentro deste viés, Canuto(2003), define a agroecologia como um conjunto de princípios gerais aplicáveis à agricultura a partir de fundamentos filosóficos e valores éticos, enquanto que as denominadas agriculturas de base ecológica, são bases diferenciadas de aplicação dos princípios agroecológicos. Entretanto, no Brasil, a

agroecologia está inserida na Lei de produção orgânica nº10.831, de 23 de dezembro de 2003 que considera um sistema orgânico de produção agropecuária

(...) todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (...) [www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br)

Neste sentido, a agroecologia torna-se uma alternativa em potencial para a inclusão da agricultura familiar nos processos que envolvem todos os elos dos sistemas de cadeias produtivas. Pois permite a análise das dimensões socioeconômicas e políticas que estão intrínsecas no sistema orgânico de produção de alimentos.

A agroecologia enquanto ciência técnico produtiva questiona a sustentabilidade do modelo agrícola atual, o qual utiliza intensivamente insumos externos e não vincula a produção de alimentos com cuidados e proteção à biodiversidade. Assis (2006, p. 86) vai além dizendo que:

Na agricultura, a valorização da dimensão local, aliada à aplicação dos princípios agroecológicos, garante a manutenção de variedades e cultivos locais – que são, via de regra, eliminados com as práticas agrícolas convencionais –, aumentando a agrobiodiversidade e reduzindo potencialmente os efeitos negativos do contato entre os remanescentes florestais e as matrizes agrícolas. Permite, ainda, o resgate dos conhecimentos locais das práticas tradicionais de manejo, valorizando e revitalizando as etnociências existentes.

O viés social incutido na Agroecologia critica os efeitos que o modelo industrial e o mercado altamente globalizado têm causado aos agricultores familiares e a sociedade como um todo. Dentro deste contexto, agricultores familiares passam a ter um papel importante e desafiador para a manutenção das paisagens, trabalhando em prol a biodiversidade e ainda pela segurança alimentar.

Para cumprir este papel, agricultores familiares agroecológicos são desafiados a encontrar caminhos que os direcionem a autonomia e à prudência



quanto ao uso dos recursos naturais. Devem incrementar melhorias que adaptem as tecnologias existentes às suas realidades locais, de forma a melhorar produtividade e diminuir custos em toda a cadeia produtiva. Além disso, precisam ampliar os seus canais de vendas e estimular o consumo a partir da qualidade de seus produtos e preços justos.

No entanto, é possível identificar pontos de estrangulamento que limitam a consolidação de agricultores familiares agroecológicos e o crescimento do setor. Estas limitações podem ser percebidas pela deficiência de capacitação técnico-produtiva de agricultores, bem como dos profissionais atuantes na área. Além das questões técnicas, ainda são incipientes pesquisas voltadas para a agroecologia, espaços estratégicos que promovam troca de experiências, socialização de conhecimentos, organização em rede e acesso aos instrumentos políticos de inserção aos mercados.

Diante destas premissas, julga-se relevante analisar os desafios e potencialidades intrínsecos ao modelo agroecológico de produção. Neste trabalho, a análise dos desafios e potencialidades da agricultura orgânica limita-se a um contexto restrito da Região Metropolitana de Curitiba, tendo como base empírica um grupo de agricultores situado no Município de Rio Branco do Sul. É, portanto, um estudo de caso sem intenções de generalização, porém com o intuito de contribuir ao amplo leque de estudos já existentes e em desenvolvimento. Assim, o presente trabalho comunga com outros estudos a tentativa de compreender o campo das agriculturas de base ecológica.

## **2. OBJETIVO DO TRABALHO**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

Compreender quais são os principais entraves e potencialidades na cadeia de produção agroecológica de hortifruticultura praticada por produtores familiares da região metropolitana de Curitiba.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- a) Compreender os principais limites ao avanço da produção agroecológica na região metropolitana de Curitiba.
- b) Identificar as principais potencialidades na produção agroecológica na região metropolitana de Curitiba.
- c) Descrever e analisar as possibilidades de melhorias nos processos de inclusão e desenvolvimento da agroecologia dentro da cadeia produtiva de hortifruticultura.

### 3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

#### 3.1 FUNDAMENTOS DA AGROECOLOGIA

Agroecologia é uma disciplina científica que utiliza a teoria ecológica para estudar, projetar, gerenciar e avaliar os sistemas agrícolas que sejam produtivos e capazes de conservar os seus recursos naturais. Pesquisas agroecológicas consideram importante as interações de todos os componentes de um sistema agrícola, tais como: biofísicos, técnicos e socioeconômicos. Cada um destes componentes é uma unidade fundamental de estudo, onde os ciclos minerais, as transformações de energia, os processos biológicos e as relações socioeconômicas são analisadas como um todo, de forma interdisciplinar.<sup>1</sup>

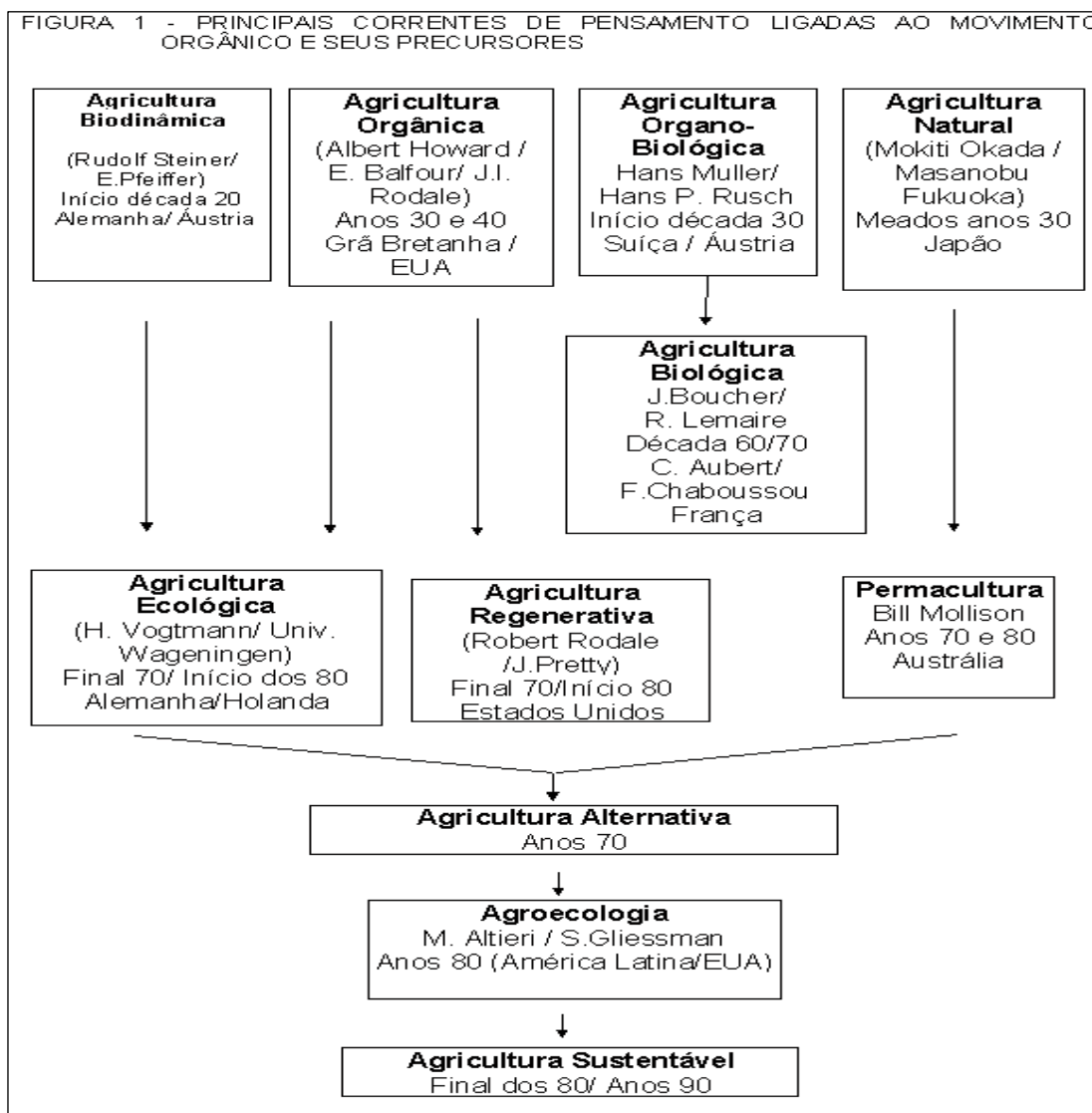
Segundo Altieri e Nicholls (2005, p.37), a agroecologia fornece diretrizes ao desenvolvimento de agroecossistemas diversificados e integrados a partir das complexas interações geradas pela biodiversidade. Quando a biodiversidade é incluída no sistema de produção agrícola, a sinergia dos processos funcionais intrínsecos nos diversos ecossistemas é potencializada. Isso faz com que os agroecossistemas patrocinem o seu próprio funcionamento e diminua a necessidade de insumos externos. Tal resultado é percebido a partir da regulação biótica de organismos patogênicos, reciclagem de nutrientes, bem como produção e acúmulo de biomassa na propriedade.

A agroecologia surgiu como ciência a partir da década de 1980, desenvolvida por Miguel Altieri e Stephen Gliessman, representando a fusão de várias correntes ligadas ao movimento orgânico. Segundo Darolt (2002, p.1), a agricultura orgânica da atualidade, pode ser agrupada em quatro grandes vertentes: agricultura biodinâmica, biológica, orgânica e natural.

---

<sup>1</sup> Agroecology in Action: [http://ourenvironment.berkeley.edu/people\\_profiles/miguel-altieri/](http://ourenvironment.berkeley.edu/people_profiles/miguel-altieri/)

**Figura 1: PRINCIPAIS CORRENTES DE PENSAMENTO LIGADAS AO MOVIMENTO ORGÂNICO E SEUS PRECURSORES**



Fonte: [www.universidademona.medialine.com.br](http://www.universidademona.medialine.com.br)

As primeiras correntes alternativas ao modelo industrial ou convencional de agricultura surgiram partir de 1920. Porém, os avanços destes movimentos caminharam de forma lenta, devido ao forte *lobby* da agricultura química, ligada a interesses econômicos de venda de pacotes tecnológicos (DAROLT, 2002, p.1). Estrategicamente, a agroecologia estimula que o produtor faça uso dos diversos componentes e ferramentas atreladas a conservação e aumento de recursos agrícolas locais, como: germoplasma, solo, fauna e biodiversidade de plantas, para que evitem ou utilizem o mínimo possível os pacotes tecnológicos.

Esta é uma forma de encorajar os produtores a participarem de todo o processo das cadeias produtivas. Bem como, adaptar os seus empreendimentos às necessidades socioeconômicas e climáticas locais a partir de seus conhecimentos tradicionais (ALTIERI e NICHOLLS, 2005, p.37).

Desencadear a autonomia dos produtores em todo o processo de suas cadeias produtivas é um grande desafio na agroecologia. Exige do produtor esforço para compreender os processos inseridos na produção orgânica, o qual vai desde a certificação, que inclui técnicas de produção, envasamento, embalagem, transporte, comercialização e um amplo conhecimento sobre as dinâmicas de mercado. A articulação política nos âmbitos econômicos e sociais é outro fator relevante para os produtores agroecológicos, sendo este um dos canais para que seus interesses sejam contemplados a partir de políticas nacionais e locais que favoreçam a expansão deste mercado e de suas cadeias produtivas.

### 3.2 DESAFIOS E AVANÇOS DA PRODUÇÃO ORGÂNICA NO BRASIL E NO MUNDO

A partir da fundação da Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM) em 1970, a produção orgânica vem sendo globalizada de forma expressiva nas diversas regiões do mundo. A área cultivada na última década aumentou de 14,85 milhões de hectares em 2000, para 37,04 milhões de hectares em 2010 (FIBL-IFOAM, 2012).

As normas determinadas pela IFOAM serviram de modelo e regulamentos técnicos em diferentes países, servindo de referência para a comercialização dos produtos orgânicos no mundo até a década de 90. No entanto, estas normas internacionais foram desenvolvidas de acordo com as realidades agrícolas de países de climas temperados, ou seja, a partir de suas especificidades agrícolas e de um público com alto poder aquisitivo. Assim, estas normas tornaram-se pouco flexíveis aos regulamentos técnicos nacionais de outros países, como os da América Latina, Caribe e Ásia, os quais têm enfrentado dificuldades no comércio internacional de produtos da agricultura orgânica e também no desenvolvimento dos mercados locais (FONSECA, 2009, p.27).

Segundo estatísticas apresentadas pela IFOAM em 2012, atualmente existem 160 países que possuem produção de agricultura orgânica, porém em apenas 84 destes países existe regulamentação e normativas internas. O Brasil é um destes países, o qual, segundo Biofach (2013), o país possui 1.5 Milhões de hectares com cultivo orgânico certificado ficando atrás da Argentina (4,18 Milhões de ha) no ranking latino americano, seguido pelo Uruguai com 0,9 milhões ha.

Apesar das dificuldades atreladas a certificação, a demanda global por produtos orgânicos na ultima década demonstrou avanços, haja visto que tal mercado em 2010 movimentou US\$ 59 bilhões de dólares, um salto de 140% a partir de 2003, quando movimentava US\$ 25 bilhões de dólares mundialmente (BLANC e KLEDAL, 2012, p.2).

Os Estados Unidos, Europa e Japão concentram 96% da demanda por produtos orgânicos deste mercado. A alta concentração nestes três mercados consumidores destaca a disparidade entre produção e consumo, pois a maior parte da produção de alimentos orgânicos, bem como três-quartos dos produtores orgânicos no mundo, encontram-se em regiões como África, América Latina e Asia, sendo a produção voltada principalmente para a exportação (FIBL-IFOAM 2012).

A ascensão do mercado internacional de orgânicos tem contribuído para o surgimento de um novo segmento de consumidores urbanos de classe média alta nos países em desenvolvimento (BLANC e KLEDAL apud REARDON, 2003). Este novo segmento tem desencadeado a expansão do mercado nacional de orgânicos nesses países, levando a transformações progressistas e a uma complexidade estrutural crescente nas cadeias produtivas deste setor (BLANC e KLEDAL, 2012, p.2).

O aumento da demanda por produtos orgânicos no mercado nacional de países em desenvolvimento é uma grande oportunidade para que produtores de agricultura familiar aumentem as suas rendas. (BLANC E KLEDAL apud El-Hage Scialabba, 2007; IFAD, 2002), Neste caso, a agricultura orgânica atua como um grande catalisador de acesso a mercados atraentes e com alto valor agregado, para produtores familiares. Possibilitando a construção de parcerias e fortalecimento de sua auto-confiança e autonomia dentro de toda a cadeia produtiva.

Apesar deste grande potencial, ao partir de uma perspectiva mais ampla quanto à realidade enfrentada por produtores familiares em países em desenvolvimento, deve-se considerar os grandes desafios a serem superados para que estes produtores engessem devidamente no setor de orgânicos, e se beneficiem deste mercado.

De forma geral, nestes países, produtores familiares são economicamente marginalizados e com nível educacional baixo. Enfrentam problemas com a diminuição da renda durante o período de conversão e com os altos custos para a certificação, especialmente quando não existem subsídios específicos para a produção orgânica (BLANC e KLEDAL apud EGELYNG, 2009).

Barreiras estruturais para acesso ao crédito, dificuldades para a criação de vínculos de confiança no mercado e falta de conhecimento sobre gestão organizacional também são consideradas questões altamente problemáticas, das quais Blanc e Kledal (2012, p.2) destacam como empecilhos para a inserção e desenvolvimento de cadeias de produção orgânica nos mercados locais.

No caso do Brasil, que possui normas de certificação interna e credenciamento com certificadoras internacionais, houve expansão do mercado interno, bem como da exportação de produtos orgânicos em aproximadamente 25% ao ano nos mais variados setores. O mercado anual de produtos orgânicos do Brasil alcançou cerca de US\$ 400 milhões em 2012, sendo 40% para abastecimento interno e 60% para exportação (ORGANICS BRASIL-Biofach 2013).

Embora exista agricultura orgânica nos diversos países do mundo, a demanda e consumo ainda se concentram nos países de alta renda. A América do Norte e a União Europeia, segundo Fonseca (2009, p.33), têm sofrido com a escassez de fornecimento da produção local por não conseguirem atender ao crescimento do consumo interno. Por outro lado, nos últimos anos, o crescimento da produção nos países de baixa renda tem aumentado, mas o mercado doméstico não cresceu tanto quanto o mercado internacional, muito devido a deficiente infraestrutura de produção e comercialização e pela escassa promoção ao estímulo do consumo de alimentos orgânicos nestes países (FONSECA apud GUIVANT et al, 2003).

Na última década iniciativas para o desenvolvimento de mercados domésticos nos países latinos tem sido promovida por organizações da sociedade civil e tímida participação de governos locais. De forma geral, o movimento orgânico espera participação mais clara e efetiva dos governos através de políticas públicas que potencializem a agricultura orgânica não apenas ao mercado externo, mas também para abastecer o mercado doméstico e incrementar as possibilidades de mercado para agricultores familiares<sup>2</sup>.

### 3.3 DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA CADEIA DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS NO BRASIL

O setor orgânico brasileiro se encontra em ampla expansão, tendo movimentado 750 milhões de reais em 2012, com expectativas de ampliar a movimentação para 1,0 bilhão de reais até 2014<sup>3</sup>. Diante do atual e intenso dinamismo do mercado orgânico brasileiro, Blanc e Kledal (2012, p.3) caracterizam o setor em quatro sistemas alimentares. O primeiro deles é moldado pelo sistema de alimentação alternativa, a qual está fortemente entrelaçada ao movimento agroecológico brasileiro. O segundo representa uma pequena parcela deste mercado, que é o setor público, o qual criou um sistema de políticas para aquisição de alimentos, da qual inclui os alimentos orgânicos produzidos pela agricultura familiar. O terceiro e quarto sistemas são impulsionados pelas cadeias empresariais, principalmente por redes de supermercados, os quais orientam a produção orgânica tanto para o mercado interno quanto para a exportação.

É possível encontrar produtores orgânicos que se enquadrem em pelo menos um destes sistemas alimentares em todo território nacional. Levando-se em consideração suas peculiaridades e aptidões, os estados que mais se destacam na agricultura orgânica são: Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Ceará, Paraná, Piauí e São Paulo (IPD, 2010, p.17).

O Paraná, de acordo com IBGE, 2006, é o principal estado em número de estabelecimentos orgânicos certificados, bem como, é o estado com maior diversidade de produtos. A pecuária se destaca com a criação de bovinos (17%) e

<sup>2</sup> <http://www.organic-world.net/fileadmin/documents/yearbook/2012/fibl-ifoam-2012-summary.pdf>

<sup>3</sup> Brasil-2013-Biofach-Session-Global-Organic-Market



galináceos (7%) ocupando no estado a maior área de produção orgânica. Em relação à produção agrícola destacam-se a produção de: milho, horticultura, soja e café.

Apesar do aumento da produção de produtos orgânicos, no Brasil, ainda existem muitos desafios a serem resolvidos, como por exemplo, a certificação. Dados do IBGE (2006) indicam que apenas 5,6% de produtores considerados orgânicos no país, são certificados. Está é uma questão importante a ser considerada, visto que a certificação é uma das ferramentas que favorece a inclusão de agricultores orgânicos nos sistemas alimentares orientados para o mercado.

Lombard et al (2003, p.6) destacam que as instituições certificadoras têm papel fundamental nessa cadeia produtiva, uma vez que sua credibilidade é determinante para conquistar a confiança de distribuidores e consumidores quanto ao produto oferecido.

No Brasil, existem certificações participativas e certificadoras que realizam auditorias. As entidades certificadoras atuantes neste mercado e que são reconhecidas pelo MAPA- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento são<sup>4</sup>:

Entidades que certificam através de auditorias:

- INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ – TECPAR
- ECOCERT BRASIL CERTIFICADORA LTDA
- IBD CERTIFICAÇÕES LTDA
- IMO CONTROL DO BRASIL LTDA
- INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA (INT)
- INSTITUTO CHÃO VIVO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

Entidades que aplicam certificação participativa:

- ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES BIOLÓGICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ABIO
- ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTURA NATURAL DE CAMPINAS E REGIÃO – ANC
- ASSOCIAÇÃO ECOVIDA DE CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA – REDE ECOVIDA
- ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTURA NATURAL DE CAMPINAS E REGIÃO-ANC
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRICULTURA BIODINÂMICA- ABD

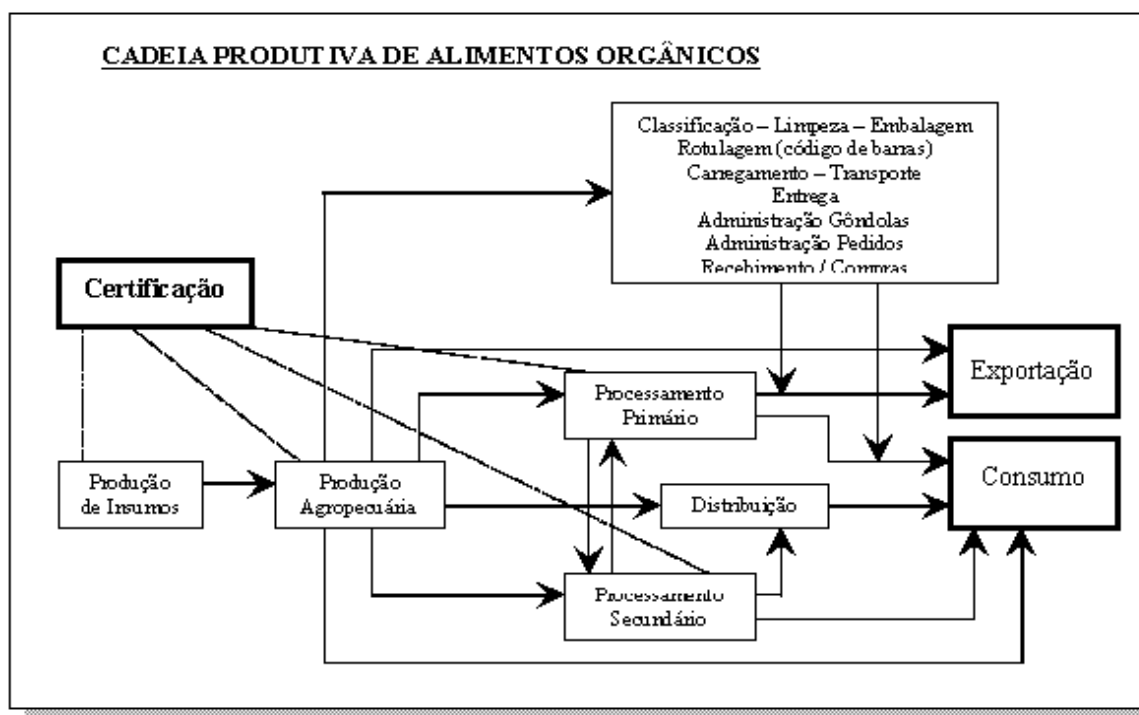
---

<sup>4</sup> <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/entidades-regularizadas>

Algumas certificadoras são credenciadas à certificadoras internacionais, porém, é obrigatório que todas possuam normativas de acordo com a lei brasileira para produção orgânica Nº 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003. Conforme o Art 1º da lei, todos os sistemas orgânicos de produção deverão estar inseridos em uma mesma sistemática dentro das diversas cadeias produtivas existentes para que estejam aptos a atuarem no mercado.

Apesar das peculiaridades nos tipos de sistemas orgânicos classificados na lei brasileira, dos quais são: ecológico, biodinâmico, natural, sustentável, regenerativos, biológico, agroecológico e permacultura, de forma geral, o fluxo da cadeia produtiva de produção orgânica no Brasil é organizado segundo a Figura 2.

**Figura 2: CADEIA PRODUTIVA DE ALIMENTOS ORGÂNICOS**



FONTE: LOMBARD et al ( 2003, p.4)

Existem similaridades entre a cadeia produtiva de produtos orgânicos com a de produtos convencionais. Porém, nota-se neste fluxograma a presença da certificação e a inexistência da figura do atacadista ou do intermediário entre a produção e o elo seguinte, pontos estes que diferenciam a cadeia de orgânicos com a de produtos convencionais (LOMBARD et al apud ORMOND et al, 2003).

Dentro da cadeia produtiva apresentada na Figura 2, um dos principais gargalos no Brasil frente à produção orgânica, é a obtenção de insumos agrícolas adequados para este tipo de produção. Dentre os insumos mais problemáticos atualmente são sementes orgânicas. De acordo com Cardoso et al (2011, p.163), o processo de certificação exige que o produtor comprove que não existe sementes orgânicas disponíveis para o produto que queira produzir, para que dessa forma, a utilização de sementes convencionais, desde que não tratadas quimicamente seja liberada ao uso.

Para estimular a produção e utilização de sementes orgânicas no país, a Instrução Normativa (IN) 46 (2011) estabeleceu um prazo até 19 de dezembro de 2013 para obrigatoriedade do uso de sementes oriundas do manejo orgânico. Frente à escassa oferta de tal insumo no mercado atual, é fundamental que pesquisas sejam realizadas, a fim de que sejam desenvolvidas cultivares de hortaliças que se adaptem ao manejo orgânico, e que o Lobby para desburocratização de utilização de sementes crioulas seja potencializado no país. Neste caso, as organizações da sociedade civil, bem como produtores familiares possuem papel fundamental para o fomento da produção de insumos orgânicos.

Estas organizações, em conjunto com agricultores familiares, têm atuado no processamento primário das cadeias de produção de orgânicos, muitas vezes de forma satisfatória. Esta etapa geralmente é feita de forma artesanal quando a produção é familiar, ou atuam de forma coletiva através de empresas, cooperativas ou associações. Estas instituições possuem um papel importante quanto à orientação aos produtores sobre manejo e seleção de produtos que serão vendidos in natura. Atuando também, na organização da logística e potencializando a comercialização.

Geralmente as vendas são direcionadas ao mercado interno ou local, porém, já existem casos de cooperativas que exportam os seus produtos. Ainda sim, existem muitos produtores que atuam no mercado vendendo seus produtos de forma coletiva ou individual. Atuando em feiras e/ou fazem entregas domiciliares, o que é algo positivo, visto que promove contato direto com o consumidor.

Quanto ao processamento secundário, segundo Lombard et al (2003, p.6) existe uma gama variada de perfis industriais, a qual é composta por tradicionais

indústrias de alimentos, pequenas indústrias e algumas quase artesanais. Geralmente a distribuição destes produtos é realizada por atravessadores ou agentes, que neste caso são responsáveis pela comercialização dos produtos que foram submetidos ao processamento primário e/ou secundário.

Santos e Martins (2012, p.475) destacam que atualmente existem grandes redes de atravessadores, grupos e empresas organizadas que adquirem os produtos agrícolas para o mercado varejista a preços-limites e revendendo-os com grande porcentagem de lucro para lojas de produtos naturais, lojas especializadas em hortifrutigranjeiros e supermercados. No Brasil, a presença destes atravessadores na cadeia encarece o valor do produto ao consumidor de 20 a 100% em relação ao preço dos produtos convencionais, enquanto que na Europa e Estados Unidos o ágio não supera 40%.

O perfil dos consumidores de produtos orgânicos varia desde consumidores finais, como: restaurantes, lanchonetes, empresas dentre outros. Porém atualmente, existem grupos de consumidores denominados consumidores sustentáveis, os quais preconizam o contato direto com o produtor e preços justos.

SEBRAE em seu artigo sobre Oportunidades de Produção Orgânica para Agricultura Familiar (2012)<sup>5</sup>, cita dados a partir de um estudo da Organic Services e Vital Food, realizado em sete capitais brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Brasília, Belo Horizonte, Goiânia e Belém. O estudo cita que o consumidor de orgânicos é fiel, mesmo demonstrando que três- quartos dos pesquisados acham os produtos orgânicos muito caros.

Ainda segundo o mesmo artigo do SEBRAE (2012), 94% do total dos alimentos mais consumidos são as frutas, legumes e verduras. Já as principais dificuldades para comprar orgânicos, na visão dos consumidores que responderam à pesquisa, são os preços altos, pouca variedade e dificuldade para encontrar produtos orgânicos.

Para o produtor, os custos de distribuição de seus produtos ainda são altos, visto que no Brasil o mercado consumidor ainda está pulverizado tornando a logística de distribuição mais complexa. Além disso, as exigências quanto ao empacotamento e embalagens são rigorosas, primeiro pela questão da legislação e

---

<sup>5</sup> [http://www.sebrae2014.com.br/Sebrae/Sebrae 2014/Boletins/curitiba\\_boletim\\_2014\\_agosto.pdf](http://www.sebrae2014.com.br/Sebrae/Sebrae%2014/Boletins/curitiba_boletim_2014_agosto.pdf)

segundo pelo risco de contaminação dos produtos orgânicos pelos convencionais, caso estes sejam colocados nas mesmas prateleiras. A embalagem também deve identificar a origem do produto e indicar de forma clara que este passou por um sistema de certificação.

Lombard et al (2003, p.6) destaca que as exigências do mercado consumidor impõe maior capacidade de gestão para organizar e tornar mais eficiente todos os elos da cadeia de suprimentos. Principalmente quanto à regularidade do abastecimento, aumento na velocidade de atendimento aos pedidos, redução de custos e sincronia entre as atividades dos diferentes elos da cadeia. Maior eficiência em todos os elos da cadeia contribuirá com a satisfação de todos envolvidos, desde produtor passando pelos varejistas e alcançando o consumidor final, seja este pertencendo ao mercado interno, como também ao internacional.

Apesar dos avanços legais para a produção orgânica no Brasil, bem como, do intenso crescimento deste mercado tanto a nível nacional quanto internacional, o processo de inclusão dos produtores orgânicos familiares na comercialização ainda é complexo. A falta de capacitação técnico-produtiva e administrativa - financeira dificulta a organização destes produtores em associações ou cooperativas.

A deficiência de planejamento produtivo adequado para oferecer produtos de acordo com a necessidade do mercado, complementa os desafios para o fomento no processo de desenvolvimento da economia local e de inclusão destes produtores nos mercados de forma sustentável (LOMBARD et al, 2003).

### 3.4 AGROECOLOGIA E AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO PARANÁ

Ao fazer uma análise das características da produção familiar com os princípios teóricos da agroecologia, Assis (2006, p.78) verificou que a agroecologia se adéqua facilmente aos sistemas de produção familiares, visto que estes possuem estruturas de produção que permitem a diversificação, e mesmo com a diversidade não há prejuízos quanto ao controle dos processos produtivos e de trabalho na propriedade.

O agricultor familiar torna-se, neste contexto, importante foco de transformação na medida em que pode alterar seus sistemas produtivos, seus

cultivos, a utilização de insumos, de acordo com suas necessidades, sendo o grupo familiar o orientador das mudanças no sistema produtivo FINATTO (2008, p. 206).

Ainda segundo Finatto (2008, p.206), deve-se considerar que a agricultura familiar é movida por uma lógica específica de trabalho, a qual desenvolve valores peculiares dentro de sua unidade produtiva. Tais valores são decorrentes da interação agricultor ecossistema, de forma que as tradições culturais são fortemente influenciadas pelo meio e geralmente mantidas pelos sucessores do grupo familiar.

Neste sentido, a estrutura familiar de produção não representa uma limitação ao desenvolvimento agrícola, mas sim que este desenvolvimento ocorra a partir de uma lógica diferente (ASSIS e ROMEIRO, 2005, p.157).

Esta lógica deverá apresentar uma estrutura social agrária com base nas dinâmicas internas da unidade de produção e vida familiar (UPVF), onde a propriedade não se limita em ser um espaço apenas para desenvolver a mercantilização, deve também servir como meio para relações socioculturais. Deverá fomentar a participação de grupos familiares em estudos e atividades que tenham como foco o desenvolvimento organizacional e associativo (HENN, 2011, p.6).

Assis e Romeiro (2005, p.157) citam que o trabalho agrícola associativo e cooperado, conjugado à preocupação ambiental, inerente a agroecologia, deve atuar como embrião do surgimento no campo de uma sociedade verdadeiramente sustentável. No entanto, existem peculiaridades no processo de produção agroecológica que influenciam em seus resultados, pois em essência a agroecologia corresponde:

[...] à aplicação de conceitos e princípios da Ecologia, da Agronomia, da Zootecnia, da Veterinária, da Sociologia, da Antropologia, da Ciência da Comunicação e outras áreas de conhecimento na reestruturação e manejo de agroecossistemas que desejamos que fossem sustentáveis ao longo do tempo. Trata-se de pretensões e dimensões que vão além das técnicas de agropecuária, incorporando variáveis econômicas, sociais, ecológicas, culturais políticas e éticas [...]. (SAQUET, 2008, p. 143).

Dentro deste contexto, ações têm sido organizadas para fomentar a agroecologia a partir da agricultura familiar. No Estado do Paraná foi elaborado em 2010 um documento base denominado - Programa Paraná Agroecológico - por

demanda da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento<sup>6</sup>. Este programa de governo visa propor, articular e apoiar ações fundamentadas nos princípios da agroecologia, com o intuito de desenvolver políticas públicas, socioambientais, econômicas e tecnológicas para a agricultura paranaense.

Segundo este documento, o estado do Paraná, foi responsável pela produção de 124 mil toneladas de produtos orgânicos na safra (2007/2008), representando um aumento de aproximadamente 16% em relação à safra anterior. A produção de hortaliças orgânicas envolve a participação de maior número de agricultores dos quais estão alocados no entorno das grandes cidades, com destaque para Curitiba, Ponta Grossa, Toledo e União da Vitória.

Ao assessorar centrais de cooperativas de produção e acompanhar as atividades da Unicafe (União de Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária) em diversas regiões do sul do Brasil, a autora desta pesquisa tem percebido que há grande interesse por estas organizações em apoiar e desenvolver projetos voltados a agroecologia.

Apesar disso, nota-se que vários membros de cooperativas de crédito, produção e comercialização, mesmo possuindo formação técnica em agroecologia, poucas cooperativas e/ou dirigentes tem focado sistematicamente à produção orgânica nos seus sistemas produtivos. Essa compreensão parece estar fundamentada no viés de que a produção baseada nos preceitos agroecológicos não seja viável economicamente.

Este fato pode ser razoavelmente explicado por Assis (2006, p.78) quando este faz uma reflexão de que a produção “patronal” caracteriza-se pela forte interação com o mercado, concomitante ao acesso e adoção de tecnologias que visam sempre aos ganhos imediatos de produtividade. Isto dificulta que tais produtores transitem para os sistemas orgânicos de produção devido às perdas iniciais de produtividade, visto que este é um importante componente do custo durante o processo de conversão.

---

<sup>6</sup> Paraná. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. **Documento-Base para o Programa Paraná Agroecológico**/ Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.– Curitiba : DIOE, 2011.- Disponível em:  
[http://www.iapar.br/arquivos/File/zip\\_pdf/agroecologia/documentos/pragroecologicofinal.pdf](http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/agroecologia/documentos/pragroecologicofinal.pdf)

Considerando que o Brasil tem grande influência no mercado do agronegócio é primordial que exista mediação política e institucional a partir de entidades de representação da agricultura familiar. Deve-se, destacar a importância e potencialidades da agricultura familiar em tornar possível o manejo sustentável dos agroecossistemas rurais e da segurança alimentar.

Partindo destas premissas, vislumbra-se um grande potencial de apoio na elaboração de políticas públicas e econômicas em prol aos sistemas de produção orgânica. Porém, o grande desafio é fazer com que tais políticas sejam colocados em prática, e que atuem na inclusão de produtores de forma sustentável na economia local e nas diversas dimensões da sociedade.

### 3.5 MOVIMENTO AGROECOLÓGICO NA CIDADE DE RIO BRANCO DO SUL: REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

No Brasil, a agricultura conhecida como alternativa ou agroecológica foi incentivada principalmente por agentes pastorais da Igreja e por técnicos de entidades não governamentais, os quais incentivavam os produtores a organizarem associações no intuito de ampliarem os espaços de discussão sobre a importância de seu papel na sociedade, bem como encontrarem soluções conjuntas relativas aos problemas enfrentados na produção e comercialização (PADILHA, 2008, p.68).

Esta realidade não foi diferente no município de Rio Branco do Sul, situado a 32 km da capital paranaense – Curitiba. A partir da década de noventa a influência das diversas organizações e movimentos locais, como: Associação dos Produtores Rurais de Rio Branco do Sul e Itaperuçu (RIOSUL), Associação de Agricultura Orgânica do Paraná (AOPA), Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar de Itaperuçu (SINTRAF) e a Cooperativa de Crédito de Agricultura Familiar com Interação Solidária (CRESOL) foi fundamental para incentivar produtores familiares a se interessarem pela agroecologia.

Em 1995, em Rio Branco do Sul, dentre diversos grupos de agricultores criados neste período na região metropolitana de Curitiba, foi criado o grupo Dois Pinheiros. Atualmente o grupo abrange doze famílias, das quais se encontram na comunidade Campina dos Pintos situada na zona rural de Rio Branco do Sul.



Durante entrevistas realizadas com membros do grupo Dois Pinheiros para este trabalho, dois de seus integrantes destacaram que o apoio das organizações foi fundamental para a formação do grupo e inserção de seus membros nos diversos setores da economia local. Destacaram que anos anteriores a formação do grupo, em 1989, eles participaram de um curso intensivo a partir de um projeto denominado “Terra Solidária”, promovido pela escola Sul da CUT, patrocinado pela FETRAF (Federação do Trabalhadores na Agricultura Familiar), o qual tinha a intenção de:

[...] resgatar a cidadania dos agricultores familiares, mormente os excluídos ou em vias de exclusão do sistema de produção e consumo, constituindo-lhe identidade própria, por meio da educação articulada ao mundo do trabalho rural. Trata-se de um programa de educação pedagogicamente orientado no sentido de dar conta, num só tempo, da capacitação técnico profissional, da escolarização no sentido formal, e da formação política dos agricultores familiares na perspectiva da formação de militantes[...] (MUNARIM, 2003, p.1).

Neste curso os alunos discutiam temas como matrizes de produção agroecológica e projeto de vida. Dentro desta mesma linha de atuação, em 1993, a Associação RIOSUL, em parceria com a UFPR e com a Fundação Fé & Alegria, apresentou um projeto à Fundação Kellogg's, o qual foi denominado “Alternativas econômicas para a diversificação do balanço alimentar das comunidades rurais de Rio Branco do Sul”, tal projeto envolvia assistência técnica em produção orgânica, capacitação em cuidados a saúde, nutrição e abrangia temas sobre associativismo.

Neste período, várias pessoas da comunidade Campina dos Pintos e que fazem parte do atual grupo Dois Pinheiros finalizaram o ensino médio, e alguns integrantes graduaram-se no curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial pela UERGS (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul). Porém, apenas a partir de 1999, é que tais temas começaram a despontar maiores interesses pelos produtores familiares da região.

A partir de recursos financeiros da Fundação Kellogg's foi possível construir uma parceria com a Associação de Agricultores a qual formava o circuito Rio-Sul, e comercializar verduras e frutas produzidas pelo grupo da comunidade Campina dos Pintos. Além disso, ao final do projeto, devido à capacitação e qualificação de pessoas em diferentes áreas de atuação, foram criadas diversas oportunidades de trabalho na região.

Com o projeto finalizado, Padilha (2008, p.75) destaca que estimulados pelos trabalhos sobre saúde preventiva e nutrição humana, as famílias que constituíram o grupo Dois Pinheiros, as quais trabalhavam com horticultura, iniciaram discussões e práticas em agricultura orgânica. Principalmente pelo fato de ter sido diagnosticado elevados índices de contaminação nos agricultores(as) pelo uso de agrotóxicos nas plantações.

Assim, o grupo de orgânicos foi constituído, e o trabalho com o circuito Rio-Sul, foi aos poucos sendo abandonado, visto que este não tinha como foco principal o fomento da produção orgânica. Porém, a parceria com o circuito Rio-Sul possibilitou o início das relações do grupo Dois Pinheiros com a AOPA (Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia), a qual estimulou que os produtores do grupo tivessem acesso a formação quanto aos princípios da agroecologia e aderissem à produção orgânica sistematicamente.

Neste período, um novo projeto financiava assistência técnica e promovia uma feira de produtos orgânicos no centro da cidade de Rio Branco do Sul. Além disso, a AOPA potencializava a comercialização das hortícolas, comercializando produtos em outros canais de vendas, como por exemplo, para filiais da rede de supermercados Mercadorama.

Tal projeto e parceria com a AOPA estimulou muitos produtores da região a aderir à produção orgânica, com o principal intuito de vender os seus produtos por preços mais valorizados comparados aos preços pagos aos produtos convencionais.

Neste sentido, alguns problemas começaram a surgir, pois havia grande quantidade de produtos sendo cultivados, porém com baixa qualidade. Além disso, a falta de infraestrutura da AOPA dificultava a sua gestão no que diz respeito a estratégias de vendas e administração interna.

Dessa forma, a AOPA naquele período, não conseguia comercializar toda a produção do grupo, e ainda, constantemente atrasava o pagamento aos produtores. Somada a estas dificuldades, a AOPA enfrentava alta concorrência com o mercado convencional, e por isso, muitos produtores acabavam vendendo os seus produtos orgânicos no Ceasa e em outros pontos de vendas pelo mesmo patamar de preços e qualidade que os produtos convencionais.

Questões como estas aliadas à falta de interação entre membros do grupo e também com a parceira AOPA, fizeram com que muitas pessoas do grupo descreditassem da produção orgânica e voltassem para a produção convencional. Permaneceram no grupo apenas aqueles que consideravam o mercado orgânico como próspero e tinham como concepção de vida os fundamentos da agroecologia.

Com o lançamento do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) pelo Governo Federal em 2003, a AOPA já melhor estruturada percebeu uma grande oportunidade para novamente trabalhar com os produtores familiares da região e promover a inserção dos mesmos no mercado institucional. A partir de sua importância político-institucional no Paraná e da influência política de alguns membros do grupo Dois Pinheiros, uma parceria com a CRESOL (Cooperativa de Crédito e Economia Solidária) foi firmada.

A Cresol apoiou o desenvolvimento de projetos para o mercado institucional em nível municipal, liberando um técnico a ser responsável pelos projetos voltados ao PAA. Este técnico analisava projetos que fomentassem a produção orgânica e se fossem viáveis, liberava crédito para inserir neste mercado produtores membros da Cresol que faziam parte do grupo Dois Pinheiros e também da AOPA.

Além do mercado institucional, o grupo percebia a necessidade de inserção em outros nichos de mercado, pois vários produtores continuavam a vender os seus produtos no CEASA. Neste sentido, em 2006 o grupo Dois Pinheiros iniciou parceria com a Universidade Federal do Paraná- UFPR, em um projeto que almejava estimular a produção de base ecológica apoiando agricultores familiares da Região Metropolitana de Curitiba.

“Atuamos na criação e aperfeiçoamento de estratégias de comercialização, principalmente os circuitos curtos de comercialização que aproximam agricultores e consumidores. Nesse campo, assessoramos a realização de duas feiras de produtos orgânicos em Curitiba, PR. O projeto também atua no incentivo ao consumo consciente de produtos orgânicos, informando os consumidores das implicações ambientais, econômicas e sociais do apoio a agroecologia. Mais do que ter uma alimentação saudável, livre de agrotóxicos, a compra direta com os produtores representam a valorização da agricultura familiar.”  
(<https://sites.google.com/site/projetofeiras/introducao>)

Desde a sua constituição em 1995 o grupo de orgânicos Dois Pinheiros conseguiu ampliar os seus canais de comercialização e parcerias, bem como

diversificar os seus produtos. Porém, ainda consiste de um grupo informal impedindo-os de acessar diretamente recursos para projetos que fomentem infraestruturas para processamento e comercialização direta nos diversos nichos de mercados existentes na região.

Atualmente todos os seus membros são certificados de forma participativa pela Rede Ecovida. Em média cada membro do grupo cultiva em torno de 11 produtos em uma área de 1,4 há. Os produtos cultivados incluem frutas, como: pêssago, limão, maçãs e caqui, porém, as hortícolas são os produtos predominantes para a comercialização.

O grupo considera que as doze famílias que o integram estão em sintonia quanto aos fundamentos da agroecologia. Isso facilita discussões e interação do grupo quanto às expectativas de futuro em se tornar uma cooperativa e alcançar novos mercados, mas sem perder de vista a importância de serem produtores agroecológicos.

A agroecologia é o cerne que une os membros do grupo Dois Pinheiros, porém, fatores como: mercado, produção e interlocução com os diversos atores da sociedade fazem parte dos interesses individuais de cada membro. É partindo destes interesses que o grupo Dois Pinheiros na comunidade de Rio Branco do Sul vai “construindo conhecimentos, técnicas, saberes e práticas intimamente ligados às condições ecológicas, econômicas, técnicas e culturais” (OCHIAI apud LEFF, 2008, p.86). O grupo consegue apontar as principais dificuldades que enfrentam, assim como, percebem os benefícios adquiridos no dia a dia atrelado ao seu status de produtores agroecológicos na região metropolitana de Curitiba.

#### 4. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

A pesquisa possui um caráter exploratório e descritivo, a qual articula a apreensão dos limites e potencialidades da agricultura orgânica a partir de um estudo de caso, e, pela abordagem teórica relativa à agroecologia. Assim, para obtenção de dados de uma situação real e coerente com a visão de produtores, foi utilizado como base para esse estudo o Grupo Dois Pinheiros, constituído por produtores familiares de hortifruticultura situados em Rio Branco do Sul, região metropolitana de Curitiba.

O ponto de partida para esta escolha é o envolvimento deste grupo com um projeto de extensão universitária desenvolvido pela Universidade Federal do Paraná, a partir do Departamento de Economia Rural e Extensão. O projeto tem como objetivo principal melhorar e ampliar a comercialização e produção de orgânicos, promovendo a capacitação de produtores agroecológicos da região metropolitana de Curitiba. Esta articulação com a universidade facilitou o contato e acesso aos agricultores possibilitando uma análise mais aprofundada. Embora esse grupo tenha suas especificidades na organização, produção e comercialização de produtos orgânicos, entende-se que a análise desse caso, pode ilustrar parte da complexidade e da diversidade da agricultura orgânica no Brasil.

O principal instrumento de apreensão da realidade para o presente estudo foi realização de entrevistas com agricultores membros do grupo. A partir destas, associadas a uma revisão de literatura, o presente trabalho discute as potencialidades e desafios referentes às práticas agroecológicas no sistema produtivo de hortifruticultura, considerando as relações dos agricultores pesquisados com outras instâncias da sociedade civil e do governo. Também foi considerado neste estudo o ambiente político-social dos quais estão inseridos, como: condições de vida, organização social e ações do grupo perante o poder público.

Para tanto, foram abordados neste trabalho conceitos gerais de agroecologia e agricultura orgânica, e posteriormente, como referencial teórico, foi exposto a sua relação com a Agricultura Familiar apontando os seus limites e potencialidades. Em seguida foi descrito características gerais da relação da agricultura familiar e

agroecologia na região de Rio Branco do Sul, servindo como referência o grupo Dois Pinheiros, objeto de estudo desta pesquisa.

As informações obtidas a partir das entrevistas com os produtores familiares foram discutidas seguindo a ordem das dimensões: técnico-produtiva, econômica e político-social. As entrevistas foram formatadas em roteiros semi-estruturados que permitiram respostas abertas. O que possibilitou ordená-las em grupos de acordo com as dimensões analisadas neste trabalho.

Foram entrevistados seis produtores dentre os doze integrantes do grupo Dois Pinheiros, durante visitas *in loco* em suas propriedades, e em locais onde realizam as suas atividades. Também foram coletadas informações durante três reuniões realizadas pelo grupo, visto que os produtores se reúnem a cada trinta dias para discutir assuntos comuns a todos, e/ou assuntos pertinentes aos seus sistemas produtivos.

Um representante da AOPA, organização que orienta o grupo quanto técnicas de produção e comercialização, foi também entrevistado, afim de ampliar as informações relativas aos desafios e potencialidades da produção orgânica na região, segundo as experiências da própria organização.

Assim, foram levantados, a partir da ótica dos produtores e da AOPA, tanto os gargalos quanto às potencialidades que envolvem a produção agroecológica no grupo Dois Pinheiros na região metropolitana de Curitiba. Sendo possível coletar e analisar informações que abrangem três das dimensões fundamentais da Agroecologia, dentro da cadeia produtiva de hortifruticultura.

Segundo Canuto (2006, p.23) as bases fundamentais da Agroecologia devem envolver simultaneamente as diversas sustentabilidades, das quais incluem: Econômica, a qual potencializa a renda, trabalho e acesso ao mercado; Ecológica, a partir da manutenção ou melhoria da qualidade dos recursos naturais; Social, a qual envolve inclusão das populações mais pobres na economia e na sociedade; Cultural, respeitando às culturas tradicionais e locais; Política, cuja sustentabilidade estimula o movimento organizado e o associativismo para promover mudanças; Sustentabilidade ética, a qual promove mudança direcionada a valores morais transcendentes.

Considerando tais bases fundamentais da agroecologia, foram analisadas neste trabalho as dimensões:

1. Produtiva;
2. Político-Social
3. Econômica;

Na dimensão produtiva foi analisada a produção agroecológica de hortifruticultura, visto que esta é a cadeia desenvolvida pelo grupo Dois Pinheiros. Foram considerados os fatores de produção como: assistência técnica, pesquisa, quadro técnico, insumos, certificação. Para isto foram entrevistados dois produtores do grupo que estão intensamente envolvidos no sistema produtivo.

No quesito Político-social, foi descrito e analisado como o grupo está organizado e quais os seus vínculos associativos, além disso, foi considerada a relação do grupo com instituições externas que influenciam de alguma forma o seu desenvolvimento socioeconômico. O intuito desta análise é compreender como estas relações influenciam nos processos produtivos e na evolução de toda a cadeia produtiva em questão. Assim como na análise da dimensão produtiva, foram entrevistadas duas pessoas que representam o grupo em espaços de discussões com outras organizações.

A análise da dimensão econômica demonstra os principais canais de comercialização praticados pelo grupo Dois Pinheiros, como também, o seu desempenho dentro destes canais. Neste quesito foram entrevistadas duas pessoas do grupo que atuam diretamente nos espaços de comercialização dos produtos.

A pesquisa se apoiou em informações obtidas pelo grupo Dois Pinheiros e por informações secundárias a partir de documentos publicados por organizações nacionais e internacionais e também por pesquisas em páginas da Internet. A realização de entrevistas e participação como ouvinte nos encontros mensais do grupo foram realizadas entre o período de Julho e Novembro de 2012, quando possível foi utilizado um gravador de áudio. Enquanto que leitura de documentos pertinentes à pesquisa foi realizada durante os meses de Julho 2012 a Março de 2013.

Os indicadores de potencialidades e principais entraves que afetam o desenvolvimento da cadeia de hortifruticultura dos produtores agroecológicos do grupo Dois Pinheiros, foram descritos para cada dimensão separadamente, sendo que a identidade das pessoas entrevistadas foi preservada com a utilização de letras

do alfabeto para identifica-los durante as citações mencionadas no texto. Logo após as discussões, o estudo foi finalizado com uma conclusão coerente ao objetivo proposto.

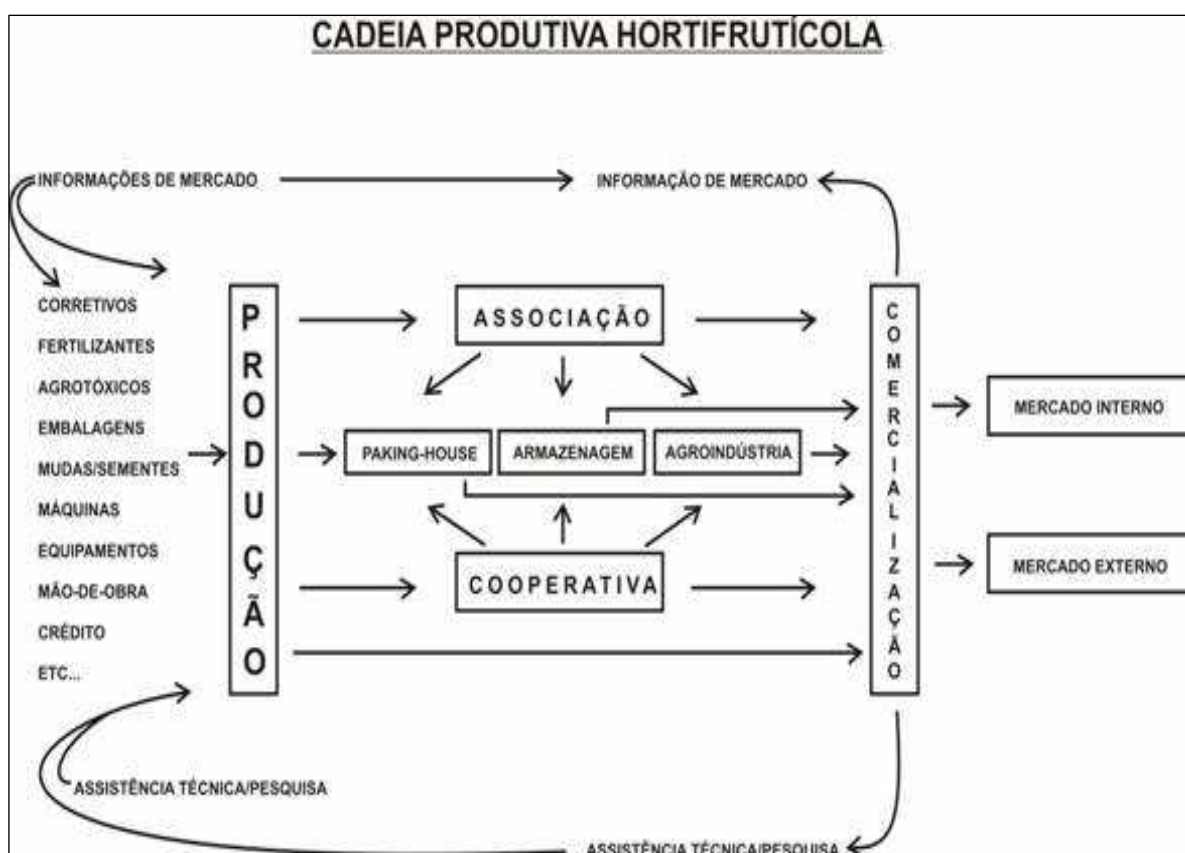


## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 5.1 PRINCIPAIS DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA DIMENSÃO PRODUTIVA AGROECOLÓGICA DE HORTIFRUTICULTURA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

A produção de hortaliças e frutas abrange alguns aspectos importantes a serem considerados seja na produção orgânica quanto na convencional. É fundamental que o produtor conheça o mercado de toda a cadeia que abrange os seus produtos. O esquema abaixo representa a cadeia produtiva Hortifrutícola onde fica claro que um dos fatores chaves neste tipo de produção é o conhecimento e acesso a informação, seja ela no setor produtivo como também no âmbito comercial.

**Figura 3: REPRESENTAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA HORTIFRUTÍCOLA**



FONTE: Morimoto, et al (2011, p.5)

Segundo Morimoto et al (2011,p.10) os grandes problemas do agronegócio hortifrutícola no Brasil e no Paraná estão vinculados ao baixo consumo destes produtos e estreito hábito alimentar do brasileiros. Além disso, destaca problemas como: baixa qualificação dos produtos na pós-colheita, desequilíbrio na produção e comercialização, desorganização do setor produtivo, baixa produção, qualidade e produtividade.

Para a produção hortifrutícola com bases agroecológicas na região metropolitana de Curitiba, esta realidade não é diferente. Somam-se ainda fatores como: escassez de técnicos capacitados, produção pulverizada encarecendo logística, escassez de insumos disponíveis no mercado, necessidade de certificação, escassez de créditos específicos a este tipo de produção, preços elevados ao consumidor, escassez de informação sobre produtos agroecologicos, dentre outros.

Para este trabalho serão apontados dentro da dimensão produtiva os principais desafios e potencialidades levantados pelo grupo Dois Pinheiros, os quais destacaram durante entrevistas e reuniões de grupo que a assistência técnica, insumos e certificação são os principais assuntos a serem discutidos para esta dimensão da cadeia produtiva.

#### 5.1.1 Assistência Técnica

Os avanços técnicos no campo da agroecologia tem sido até o momento, fruto das experiências e troca de conhecimentos realizados por grupos de agricultores. O resgate das experiências individuais e coletivas, com a valorização de saberes popular tem sido primordial para estes avanços. E isso é plenamente justificado pelo fato de que as diferentes agriculturas de base ecológica são na sua essência desenvolvidas a partir dos ecossistemas locais e habilidades e conhecimentos dos agricultores em manejá-los.

Nesse processo de construção do conhecimento agroecológico e de sua socialização para um quadro mais amplo de agricultores, tem crescido o envolvimento de diversas organizações não governamentais e, mais recentemente, de instituições públicas de assistência técnica, pesquisa e ensino.

Esse apoio é importante tanto para potencializar as trocas de conhecimentos entre os agricultores, mas, sobretudo para aproximar o saber prático dos agricultores do conhecimento científico. A falta desta prática tem sido um dos gargalos frequentemente destacado pela literatura e pelos entrevistados do presente estudo.

“Nenhum órgão apesar de existir a Tecpar, IAPAR, Universidade Federal, EMBRAPA possui real interesse em focar suas pesquisas técnicas na Agricultura Familiar e na produção orgânica. Além disso, quando existem, os trabalhos não são divulgados, ou não há interesse em divulgá-los....há grande necessidade de divulgação de trabalhos/técnicas estudadas, alias muitas técnicas que já existem e foram desenvolvidas usando Agricultores Familiares são utilizadas por empresas.” (ENTREVISTADO A, NOVEMBRO 2012)

A assistência técnica que a agricultura orgânica demanda é, no entanto, significativamente diferente daquela que marca os processos de difusão de tecnologia da agricultura convencional. No campo técnico científico, a primeira distinção se dá na incompatibilidade da formação acadêmica dos profissionais de ciências agrárias com a realidade vivenciada no cotidiano dos produtores familiares agroecológicos. O mundo da ciência e dos cursos acadêmicos é marcado pela valorização da especialização, pela análise e geração de conhecimentos que desconsidera a complexidade e as dinâmicas ecológicas dos agroecossistemas.

A escola forma especialistas reducionistas e o agricultor orgânico precisa de um técnico capaz de compreender as múltiplas relações ecológicas da produção. O resultado disso é que há poucos profissionais tecnicamente qualificados, ainda que alguns engajados na defesa da agricultura orgânica.

Além disso, na agroecologia, um técnico deve desenvolver competências que vão além de seu conhecimento acadêmico em produção e mercados. Ele deve considerar as realidades culturais, sociais e ambientais do produtor ou da comunidade onde irá atuar. Ele deverá planejar as atividades do projeto de forma integrada com o produtor e preferencialmente com a sua família, levando em conta os conhecimentos étnicos e políticos locais.

De forma geral, o perfil de técnicos que tem atuado no mercado não é compatível às necessidades de produtores agroecológicos. Levando a uma sobrecarga daqueles que possuem formação e habilidade nesta área.

“Poucos técnicos tem capacitação técnica, hoje existe apenas um técnico na Rede Ecovida para atender quase 350 famílias. Quando aparecem técnicos, eles não entendem o sistema como um todo - Não sabem o que é agroecologia!” (ENTREVISTADO A, NOVEMBRO, 2012)

O grupo Dois Pinheiros considera o fator assistência técnica um grande gargalo a ser resolvido, visto que esta não se baseia apenas em dizer ao produtor o que deve fazer e/ou não deve comprar. “[...] a assistência técnica não deve ser superficial, deve ser continuada e eficiente para as reais demandas do grupo.” (GRUPO DOIS PINHEIROS, JULHO 2012).

Um estudo realizado por Silva et al (2004, p.40) na região Oeste do Paraná demonstrou que a insatisfação do agricultor em relação a assistência técnica está proporcionalmente relacionada com a frequência de visitas do técnico na propriedade. Neste mesmo estudo, também apontou o predomínio da assistência técnica governamental, cooperativas e ONGs para produtores com baixo poder aquisitivo, demonstrando a importância destas instituições para a agricultura familiar.

A assistência técnica promovida pela cooperativa ou por organizações parceiras valorizam a importância destas entidades, e estimulam os agricultores a quererem progredir em suas bases agroecológicas. Um exemplo é o que ocorre com a Cooperativa Sul- Ecológica localizada em Pelotas-RS quando Finatto (2008, p.213) descreve que nesta cooperativa

[...] a assistência técnica ocorre 01 vez a cada dois meses por 05 agricultores, 01 vez por mês por 04 agricultores, 01 vez a cada três meses por 01 agricultor, e apenas 01 agricultor respondeu que utiliza a assistência técnica 01 vez ao ano [...]

Este é um exemplo que nem sempre é possível existir sem que haja parcerias entre organizações da sociedade civil e do Estado, pois estas organizações dependem de projetos para pagar os técnicos, que por outro lado, no longo prazo, não viabiliza a sustentabilidade desta prestação de serviço.

“Enquanto não houver lobby em prol a um marco legal diferenciado, que facilite parcerias entre organizações da sociedade civil, como Cooperativas de comercialização com as de Assistência técnica, por exemplo, será difícil para organizações como a AOPA capacitar ou contratar técnicos capacitados para dar conta de toda a sua demanda.” (entrevistado A, Novembro, 2012).

Apesar das dificuldades que o grupo tem encontrado para obter formação continuada a partir de assistência técnica, de acordo com o entrevistado E (agosto 2012), o grupo já recebeu suporte de parcerias com organizações da sociedade civil e projetos governamentais: “Tivemos formação de várias pessoas dos departamentos de agricultura, da faculdade e também dias de campo. Quanto mais conhecimento melhor, precisa voltar a ter estas atividades” (Entrevistado E, agosto, 2012).

Os produtores, estando organizados em um grupo, de fato, é um grande potencial para trocas de informação e autocapacitação, mas segundo o Entrevistado B (agosto 2012) “o grupo precisa melhorar os seus encontros, visitando as roças, trocar informações e técnicas, trocar produtos”, para isso, há necessidade de ampliar o apoio mútuo e melhor sistematizar os encontros do grupo, bem como receberem assistência de origem externa para sanar as dúvidas provenientes de seus sistemas produtivos que o próprio grupo não consegue resolver.

Em entrevista com o Produtor D (Agosto, 2012) foi destacado que os produtores agroecológicos da região enfrentam grandes dificuldades em atenuar os efeitos causados pelas intempéries climáticas em suas produções. Além disso, as técnicas produtivas conhecidas e utilizadas pelos mesmos muitas vezes lhes tomam muito tempo, são árduas ou se tornam inviáveis devido à escassez de mão-de-obra na região devido à migração de jovens que estão indo trabalhar em zonas urbanas.

“Acho que a demora dos processos tecnológicos desestimula o agricultor, visto que algumas áreas ficam paradas, o custo fica alto e também pela falta de mão de obra.” (ENTREVISTADO D)

Darolt (2001, p.86) explica que o fato de os sistemas de produção orgânica priorizar a diversidade e sistemas de rotação de cultura, acaba dificultando a regularidade, qualidade e quantidade na produção de determinados alimentos durante o ano. Produtos que são consumidos durante todo o ano, como cebola, batata, alface e tomate, tornam-se um problema para que os produtores orgânicos atendam tais demandas fora da sazonalidade.

“Temos dificuldade com a beterraba, que você não pode semear em dezembro, janeiro e fevereiro que você perde tudo né, você precisa molhar

praticamente 24 horas, senão da tombamento, por isso nestes meses não tem beterraba.” (Entrevistado E, agosto, 2012)

Dentro desta mesma lógica o produtor entrevistado E (agosto, 2012) destaca que os produtores agroecológicos necessitam “saber manejar e fazer o planejamento produtivo certo diante das dificuldades causadas pelo clima” onde a assistência técnica continuada e adequada poderia sanar muito dos problemas que os produtores têm enfrentado, trazendo inovações tecnológicas simples e adequadas ao grupo.

Existe um amplo universo de estratégias e metodologias capazes de auxiliar técnicos durante o seu trabalho com os agricultores, as quais não serão aprofundadas no presente estudo. Porém, deve ser ressaltado que profissionais atuantes nos processos de desenvolvimento local e produtivos em uma ou em várias unidades de produção, devem estar munidos de técnicas, conhecimentos científicos e práticas que sustentem o desenvolvimento de um trabalho sistêmico.

O técnico deve desenvolver senso crítico em relação aos diferentes modelos de agricultura, sendo capaz de propor formas de produção e organização que se adéquem a realidade local, de forma a estimular a solidariedade, ética, respeito mútuo entre as pessoas e ao meio ambiente, contribuindo com o fomento do cooperativismo e associativismo.

#### 5.1.2 Certificação

No Brasil a regulamentação da produção de orgânicos a partir da publicação da Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003 e do Decreto no 6.223, de dezembro de 2007 promoveu grandes avanços quanto aos sistemas de controle para que fosse assegurada a qualidade do produto orgânico ao consumidor. Atualmente, o Brasil tem se destacado internacionalmente por ter reconhecido sistemas que incluam a participação social no controle do processo de certificação, além daqueles que praticam a auditoria externa como mecanismo de controle.

A este mecanismo de inclusão da sociedade como: consumidores, promotores de vendas e produtores nos processos de certificação denomina-se sistemas participativos de garantia. A legislação brasileira nesse sentido possibilitou

que produtores que comercializam seus produtos diretamente aos consumidores trabalhassem dentro da legalidade e com custos de certificação muito menores do que aqueles realizados pelos sistemas de auditorias externas.

Apesar de a certificação ser uma ferramenta importante de garantia ao consumidor e uma forma de inserção de produtores agroecológicos no mercado de orgânicos, ainda há necessidade de maior divulgação desses mecanismos para ampliar o número de produtores e organizações que atuem de acordo com as regulamentações regidas pela Lei.

Além da informação, de acordo com Pinheiro (2012, p.82) normalmente as tecnologias e decisões sobre o atendimento dos requisitos para certificação são desenvolvidas por integrantes que não fazem parte da realidade da propriedade, o que leva maior burocratização e dificuldade para os produtores em seguir as normas adequadamente. Isto implica que mesmo as certificações participativas possuem procedimentos burocráticos significativos o que desestimula muitos produtores a atuarem neste mercado em conformidade com a lei.

Dados apresentados na Bio Fair 2012<sup>7</sup> demonstram que a não conformidade de diversos produtores orgânicos no Brasil, prejudica informações reais sobre este mercado. Dificultando inclusive a criação de políticas de apoio aos produtores agroecológicos nas diversas regiões do país.

No Paraná, o grupo Dois Pinheiros é atualmente membro da Associação Ecovida de Certificação Participativa, a qual se baseia na criação de uma rede a partir de núcleos regionais. Esta forma organizativa da rede Ecovida facilita trocas de informações entre membros dos grupos, torna o preço da certificação mais acessível para os produtores e facilita o processo da certificação participativa.

O perfil de associados ou membros da rede varia desde grupo, cooperativa, associação, ONG, processadoras, comercializadoras ou um indivíduo, também denominado como colaborador. A transparência no processo da certificação participativa em rede é o que se destaca neste sistema de certificação, pois conta com um Conselho de Ética, o qual forma um Núcleo Regional com autonomia para definir sua estrutura, e que de forma geral, é composto por agricultores, técnicos e consumidores.

---

<sup>7</sup> <http://www.biobrazilfair.com.br/2013>

O Conselho é responsável pela prática denominada Olhar Externo, a qual é o processo da Certificação Participativa que deve seguir protocolos ditados pelas normas da entidade certificadora a serem aplicados em cada Núcleo Regional,

A Rede Ecovida segue o conjunto de normas de produção baseadas na lei brasileira para produção orgânica Nº 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003, porém, em seu estatuto e normativas define que:

“o produto ecológico é aquele que vai além das normas técnicas de produção vegetal, animal e de processamento; pois deve também respeitar os princípios e os objetivos da Rede Ecovida de Agroecologia no tocante à inclusão social, ao respeito ao meio ambiente, e a produção de alimentos saudáveis, entre outros. Apresentamos assim, além das normas de produção ecológica, um conjunto de condutas relacionadas à ética e à solidariedade que devem estar presentes nas relações que se estabelecem entre as pessoas e com a natureza, durante o processo de produção e de comercialização.” (Caderno de Certificação Rede Ecovida)

O processo de certificação participativa em rede, proposto pela Rede Ecovida de Agroecologia gera um grande potencial de fortalecimento de agricultores familiares, pois estimula a criação de organizações de base, o que favorece o empoderamento dos agricultores tanto no setor político quanto no comercial, bem como nos processos pedagógicos de capacitação e formação.

O seu sistema organizativo atua de forma descentralizada fazendo com que os seus membros, como o caso do grupo Dois Pinheiros, assumam localmente as principais responsabilidades intrínsecas as demandas da produção orgânica de alimentos.

Apesar dos diversos pontos positivos e potencialidades que a Rede Ecovida proporciona, o grupo Dois Pinheiros considera que estão tendo problemas com a qualidade do olhar externo em seu núcleo regional, já que os protocolos não estão sendo seguidos de maneira adequada.

“A AOPA deve enviar um padrão metodológico para o olhar externo. Pois não há sequencia dos pontos que são tratados em cada olhar externo, sem falar, que na maioria das vezes, nem mesmo o técnico tem estado presente. Isto leva a existência de furos na metodologia de certificação e normas, não há controle correto para saber se as normas estão sendo seguidas. O grupo fica muito a mercê/dependente da ação e conduta de cada indivíduo” (GRUPO DOIS PINHEIROS, julho 2012).



A certificação orgânica é uma maneira formal de garantir ao consumidor através de um selo que os produtos estão sendo produzidos de maneira condizente com as diretrizes e normas de produção orgânica. Além disso, a qualidade da certificação é fator primordial para a credibilidade dos produtores, bem como para o movimento orgânico em geral.

No caso da certificação participativa, tanto produtores quanto técnicos e consumidores são corresponsáveis em fiscalizar através do “Olhar Externo” se a produção de um determinado grupo está sendo praticada de maneira adequada. Neste sentido o Grupo Dois Pinheiros tem apresentado preocupações quanto à qualidade do Olhar Externo, visto que se alguns produtores do grupo não estiverem seguindo as normas de produção orgânica, todo o grupo poderá ser prejudicado, correndo o risco de seus produtos perderem o selo de garantia de produto orgânico.

O grupo tem percebido que alguns produtores tem feito uso abusivo de calda Cúprica na cultura do Tomate e necessitam de maiores informações sobre os malefícios que podem ocorrer devido ao excesso de Cobre na produção. O respaldo do técnico nestes momentos é fundamental para a evolução do grupo e da responsabilidade de cada indivíduo em seguir adequadamente as normas referentes à utilização de insumos na sua produção.

O Olhar Externo também é um momento importante de formação e trocas de experiências entre membros do grupo, consumidores e técnico. Neste caso, a ausência do técnico restringe o avanço de técnicas iniciadas em momentos anteriores, bem como, adequações de práticas que possam estar sendo realizadas de forma inapropriada.

No caso da Rede Ecovida, “existe apenas um técnico altamente capacitado para suprir a necessidade de 350 famílias” (entrevistado A), ou seja, a falta de técnicos no mercado, devidamente treinados para trabalhar com agricultores familiares e a baixa capacidade de pagamento destes agricultores para manter continuamente assistência técnica adequada, gera insegurança nos produtores quanto ao manejo produtivo adequado, e neste caso, tem prejudicado a qualidade da certificação participativa.

O “Olhar externo”, também é um momento importante para produtores que ainda não são certificados, como meio de aprendizagem e adequação de sua

propriedade no manejo orgânico durante o período de transição. Para estes produtores, o período de transição, o qual abrange o período de adequação do manejo produtivo as normas de produção orgânica, é um dos principais limitantes para o incentivo e ampliação de produtores agroecológicos no mercado. Pois atualmente não existem no Paraná e na maior parte do território brasileiro créditos que funcionem de maneira adequada, o custeio de produtores que estão em período de conversão.

Existem atualmente financiamentos para custeio e produção agropecuária coordenados pelo MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário e MAPA- Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento, dos quais abrangem o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, e o Plano Agrícola e Pecuário. Nestes programas existem linhas de crédito como o Pronaf Agroecologia, Pronaf-Eco, Pronaf Floresta e Programa de Agricultura de Baixo Carbono, porém nenhum deles auxiliam produtores em período de conversão.

Geralmente estes produtores investem na produção com recursos próprios ou fazem empréstimos a partir de financiamentos referentes aos custos e receitas atrelados aos pacotes tecnológicos da produção convencional, que geralmente não se adequa as condições de pagamento necessárias para culturas que estejam em processo de adaptação para a produção orgânica, pois geralmente possui uma baixa produtividade e a receita não cobre os custos de produção.

Na tentativa de mitigar este problema, o governo do Estado de São Paulo, criou uma linha de crédito específica para produtores que estejam no período de conversão. Trata-se de um programa denominado São Paulo Orgânico, o qual:

“viabilizará o período de transição do sistema produtivo convencional para o orgânico, propondo inovações tecnológicas que diminuam o consumo de insumos químicos. O procedimento será feito por uma linha exclusiva de financiamento para agricultura orgânica, que permite o acesso aos recursos necessários para a implantação de culturas orgânicas... O teto de financiamento é de até R\$ 100 mil por agricultor, pessoa física ou jurídica, e de até R\$ 400 mil por cooperativa ou associação de agricultores. O prazo de pagamento é de até 7 anos, inclusa a carência de até 4 anos. O encargo financeiro é de 3% de juros ao ano”(site: saopaulo.sp.gov.br/spnoticias).

Esta iniciativa do Governo do Estado de São Paulo junto com as organizações da Sociedade Civil daquela região converge com as ressalvas do o entrevistado A (novembro 2012) “o crédito para a agroecologia e produção orgânica

seria para conversão. Daria tempo de melhorar a produção e fôlego para que então o produtor comece a pagar o empréstimo do custeio.”

Diante dos gargalos apontados pelo grupo Dois Pinheiros, atrelados a certificação, o fato do grupo fazer parte de uma rede da qual reúne os conselhos regionais de forma sistemática, possibilita que as demandas e dificuldades enfrentadas no cotidiano dos produtores, sejam aprofundadas e discutidas. Bem como, dúvidas de teor técnico-produtivo sejam sanadas durante estes encontros. As trocas de experiências com grupos regionais são valorizadas nestes momentos e possibilitam nutrir os ideais e valores de coletividade propostos pela agroecologia .

Contudo, é necessário considerar que a disseminação de informações nas unidades de produção dos agricultores familiares para atenderem as regulamentações vigentes deve ser preferencialmente efetuada a partir de agentes estruturados que conheçam a realidade da pequena propriedade, adaptando as tecnologias necessárias, adequadas ao meio em que estão inseridos (PINHEIRO, 2012, p.85). Sem perder de vista que a certificação orgânica tem como principal objetivo diminuir a degradação do meio ambiente, diminuir a exclusão social, proporcionar um melhor rendimento econômico às famílias e aumentar a sua credibilidade pelo consumidor.

### 5.1.3 Insumos

Em qualquer atividade agrícola seja ela animal ou vegetal, os insumos são fatores de produção importantes que auxiliam nos processos produtivos tanto na produção orgânica quanto na convencional. Eles podem ser classificados em: biológicos, os quais compreendem produtos de origem animal ou vegetal (esterco, palhas, extratos de plantas, algas, etc); Químicos ou minerais, os quais provêm de rochas ou são sintetizados em laboratórios industriais (termofosfatos, caldas bordalesa, agrotóxicos, etc); Mecânicos, dos quais incluem máquinas e equipamentos agrícolas (roçadeiras, equipamentos de irrigação, armadilhas para insetos, arados, etc).

Na agroecologia, os sistemas de produção visam utilizar.

“apenas os insumos que não agredam a estrutura e a vida do solo, que não desequilibrem o metabolismo de plantas e animais, que não causem riscos de vida para o agricultor e para o consumidor. Todas as proibições e permissões de produtos consideram essas questões, pois as normas nada mais são do que o reflexo dos princípios da Agroecologia, nos quais os insumos são meros coadjuvantes de um sistema em que a inteligência humana assume o papel principal.”  
<http://planetaorganico.com.br/site/index.php/insumos-2>

Para o grupo Dois Pinheiros, as premissas intrínsecas a agroecologia não tem sido uma tarefa fácil a serem seguidas, pois a falta de assistência técnica continuada, somada a deficiência de insumos disponíveis no mercado e de desenvolvimento de tecnologias que facilitem o manejo da produção orgânica, tem sido um dos principais dilemas para o grupo no setor produtivo:

“há uma grande demanda por tecnologias para produzir organicamente. Para mim, uma grande dificuldade é a compostagem, além de não ter muita paciência, tenho que pagar entorno de R\$ 1500,00 por um caminhão de esterco. A adubação verde é ainda mais demorada”. (entrevistado D, julho 2012)

De acordo com o grupo, as normas de certificação orgânica estão cada vez mais rigorosas. De acordo tais normas os insumos devem ser obrigatoriamente registrados pelo MAPA. Para os produtores familiares e organizações de pequeno porte como cooperativas e associações o processo de registro de seus produtos no MAPA torna-se dispendioso e muito prolongado. Assim, a oferta de produtos necessários para os controles fitossanitários tornam-se escassos no mercado levando a entraves e desestimulando o produtor agroecológico a permanecer neste mercado.

No momento atual, um grande dilema é a eminente obrigatoriedade de aquisição de 100% de sementes ou mudas provenientes da produção orgânica para o cultivo de seus produtos. No Brasil, a quantidade e variedades de sementes orgânicas e que sejam de interesse para a agroecologia produzidas comercialmente ainda não supre a demanda existente. Os produtores de forma geral compram sementes convencionais, porém alguns produzem as suas próprias sementes ou quando possível adquirem algumas variedades em casas ou bancos comunitários de sementes.

Instituições certificadoras como, Ecocert, IBD e ABIO, estão credenciadas no MAPA e por isso são capazes de certificar insumos orgânicos, porém apenas o

Ministério é que possui o poder de conceder um registro e liberação do uso de tais insumos. Em conversa com o Eng.Agr. MSc. Pedro Jovchelevich atual coordenador executivo da ABD-Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica, cita que o MAPA<sup>8</sup> sugere a criação, até o final de 2013, de uma lista da sementes orgânicas que estejam disponíveis no mercado e que esta deverá ser atualizada sistematicamente, e que se for necessário o prazo para obrigatoriedade será ampliado.

Jovchelevich complementa que atualmente ele faz parte de um grupo de consultoria para o MAPA para elaboração de uma cartilha de produção e conservação de sementes para oito culturas, e que, além disso, o MAPA possui uma política de apoio a bancos de sementes comunitários e explica que a partir da influência da ABD:

[...] estamos trabalhando com a BIONATUR<sup>9</sup> em parceria para produção comercial de sementes de hortaliças. Também em rede com outras ONGS em SP organizando á três anos feiras de troca de sementes. Mas o desafio da produção comercial é grande. Já estamos cadastrados no MAPA para produção comercial, mas a legislação é complicada e exigente.

Muitos produtores agroecológicos são prejudicados pela atual legislação de sementes. Aqueles que produzem as suas próprias sementes, ou utilizam as chamadas sementes crioulas, que não estejam cadastradas e regularizadas conforme as normas ditadas pelo MAPA não é concedido seguro agrícola.

Apesar de existir uma política específica de seguro agrícola vinculado ao crédito do Pronaf, o SEAF - Seguro da Agricultura Familiar, o qual da cobertura à técnicas de consorcio de lavouras, produção de cultivares tradicionais, locais ou crioulas, operacionalmente não tem funcionado na prática. Há necessidade de ajustes nos sistemas operacionais de instituições financeiras e seguradoras aos projetos voltados a produção orgânica. Sobre esta questão o Grupo Dois Pinheiros (2012) cita que:

Em instituições financeiras que representam a agricultura familiar, como é caso da Cresol, não há como diferenciar em seu sistema um projeto de custeio para produção orgânica de um projeto para produção convencional. Se isto fosse possível, a entidade poderia criar pacotes específicos para produtores agroecológicos e estratégias de fomento a produção orgânica tanto de alimentos como para insumos.

<sup>8</sup><http://www.agricultura.gov.br>

<sup>9</sup> [www.bionatur.com.br](http://www.bionatur.com.br)

Sobre esta deficiência no sistema operacional da Cresol o entrevistado F (outubro, 2012) ressalta que:

“falta maior pressão para estas adaptações serem feitas no sistema da Cresol. É possível criar um “VBC”(ciclo para quem produz orgânico, dentro do sistema), porém falta tempo e/ou interesse para fazer isso. Assim seria possível por exemplo fornecer descontos, prazos e taxas diferenciadas para produtores orgânicos e prêmios por proteção ambiental.”

Por receio de ficar sem seguro e perder a lavoura devido a questões climáticas, o produtor se encontra obrigado a consumir sementes disponíveis no mercado, das quais em sua grande maioria passaram por processos químicos para quebra de dormência e ou utilização de agrotóxicos, ou são provenientes de variedades que sofreram manipulação genética patrocinadas por multinacionais que dominam este mercado.

A produção de sementes orgânicas, por outro lado é de fato um grande potencial de mercado a ser explorado por agricultores familiares agroecológicos, porém, a falta de apoio para aprimoramento produtivo por instituições de pesquisas, bem como, o não incentivo econômico pelas instituições financeiras à utilização destas sementes, é um grande gargalo a ser resolvido por produtores agroecológicos no momento atual.

Do ponto de vista estratégico para o fomento da produção orgânica é necessário ampliar a disponibilidade de insumos orgânicos devidamente registrados em conformidade com a legislação. Porém, medidas devem ser tomadas para que isso aconteça, como pesquisas para desenvolvimento de produtos e tecnologias específicas para a produção orgânica, incentivo financeiro ao custeio e seguros para utilização de tais insumos e desburocratização dos sistemas de credenciamento de sementes pelos órgãos fiscalizadores.

## 5.2 PRINCIPAIS DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA DIMENSÃO ECONÔMICA NA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA DE HORTIFRUTICULTURA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

### 5.2.1 Mercado

Produtores familiares agroecológicos têm encontrado diversos canais para o escoamento de seus produtos orgânicos. Sendo as feiras locais e vendas ao mercado institucional os principais meios de comercialização para estes produtores. Concomitantemente, o mercado nacional de orgânicos tem apresentado crescente aumento de investimentos no setor, com novas empresas e lançamentos de produtos inovadores com alto valor agregado, que vão além do segmento de frutas, legumes e verduras. Observando esta tendência, o faturamento do segmento em 2012 fechou em cerca de R\$ 1,5 bilhão, sendo que praticamente 1/3 deste valor é representado pelas exportações brasileiras no período<sup>10</sup>.

Apesar da crescente demanda por produtos orgânicos no mercado interno e dos potenciais canais de escoamento para estes produtos, fatores como falta de capacitação gerencial tanto nas cooperativas quanto aos produtores, falta de planejamento produtivo adequado e dificuldade de organização de circuitos comerciais, Darolt (2001,p.87), ainda são grandes desafios para a agricultura familiar no processo de comercialização neste setor.

Na região metropolitana de Curitiba, o “Mercado Orgânico está com a bola da vez. Existe grande procura por bares e restaurantes, que precisam comprar no mercado municipal e ou em mercado convencional, onde o preço é muito alto” (ENTREVISTADO A, NOVEMBRO, 2012). Os mercados metropolitanos são atualmente canais de vendas em potenciais para os produtores agroecológicos da região, porém,

“há pouca organização na Agricultura Familiar e Agricultura Orgânica. EX: das 120 cooperativass que acessam o PNAE apenas 05 são de produção orgânica. Não, que não exista grupos orgânicos nas restantes, a questão é que não dão foco nestes produtos, já que são poucos grupos existentes [...] (ENTREVISTADO A, novembro, 2012)

---

<sup>10</sup> <http://www.portalmercadoaberto.com.br/noticias-det?noticia=8643>

A maior parte do escoamento de produtos orgânicos provenientes da agricultura familiar é através do mercado institucional, ou seja, para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Por meio da Lei nº 11.947/2009, a Agricultura Familiar fornece gêneros alimentícios a serem servidos nas escolas da Rede Pública de Ensino, bem como para outros programas, como o PAA- Programa de Aquisição de alimentos, sendo que alimentos orgânicos são prioritários em ambos os casos.

De acordo com dados da CONAB (2012)<sup>11</sup>, o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos tem expandido 0,53% ao ano nos últimos quatro anos e atingiu uma somatória de R\$ 32,5 milhões entre 2009 e 2012 para produtos orgânicos e agroecológicos a nível nacional, sendo que a região sul do país representou 67% do valor total das aquisições destes produtos pelo PAA em 2012.

O mercado institucional tornou-se uma ferramenta importante na tentativa de melhor organizar os produtores dentro do associativismo e no âmbito produtivo. O grupo Dois Pinheiros, através da AOPA e Rede Ecovida, entrega produtos para o mercado institucional, PNAE e PAA, e também vendem os seus produtos em feiras dois dias por semana na cidade de Curitiba. A sua participação no mercado institucional tem despertado no grupo grande interesse em agregar valor nos produtos comercializados. Para tal, almejam adquirir uma agroindústria a fim de expandir e qualificar a produção.

“Atualmente a comercialização não é mais o problema e sim a produção! Apenas fica sem comercializar aquele que está fora de um grupo e ou desatualizado. Existe demanda, existe produção de alguma forma e os canais de produtos convencionais estão saturados. Visto que a mais ou menos cinco anos atrás a comercialização era um problema porque tinha que competir com o convencional”. (ENTREVISTADO A, NOVEMBRO 2012)

Durante reuniões com o grupo, percebeu-se que consideram o trabalho tanto da AOPA quando da REDE ECOVIDA importantes para inclusão dos produtos no mercado institucional, porém medidas estruturantes de melhorias no sistema de pagamentos aos produtores devem ser desenvolvidas para tornar os programas mais eficientes.

---

<sup>11</sup><http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos>



O grupo não está satisfeito com a forma que os pagamentos estão sendo realizados, pois neste caso os produtores não tem conhecimento do volume de venda direcionado para cada programa, os quais praticam preços e sistema de pagamentos independentes.

“No caso das vendas para o PNAE e PAA quem faz o controle é a AOPA, isto causa certo problema porque o grupo nunca sabe o que foi vendido para o PNAE e para o PAA, então não sabem quanto e quando irão receber.”(GRUPO DOIS PINHEIROS, 2012)

Em contrapartida, nas feiras, o grupo possui total autonomia na formação de preços e nos tipos de produtos comercializados. De acordo com entrevistas e participação em reuniões do grupo, as feiras são espaços muito dinâmicos, e promovem grandes oportunidades de negócios, além disso, fornece capital de giro para as famílias até serem pagas pelos produtos vendidos no mercado institucional, visto que “no PAA, o preço da tabela fixada é melhor, agrega maior valor aos produtos, mas demoramos mais para receber.” (GRUPO DOIS PINHEIROS, 2012)

“O grupo enxerga as feiras como uma ótima oportunidade de abertura para novos mercados, não recebe muito dinheiro das feiras, mas é dinheiro a vista, como ocorre com a venda para as empresas, e isto vai segurando as pontas até o dinheiro do PNAE e PAA entrarem na conta” (GRUPO DOIS PINHEIROS, 2012).

Por outro lado, fatores intrínsecos a sazonalidade de consumo e necessidade de haver maior entendimento sobre as dinâmicas deste canal de venda tem gerado grande insatisfação para alguns dos membros, os quais levam ao grupo preocupações quanto ao declínio de vendas durante alguns períodos do ano. O grupo destaca que há necessidade de “entender melhor o perfil do consumidor, ter uma estratégia de Marketing e de venda, bem como fazer uma maior divulgação das feiras que participam”, porém não é determinado pelo grupo como e quando irão providenciar estas ações.

As feiras, de acordo com o entrevistado D (Julho,2012), geram certa contradição nas estratégias comerciais individuais dos membros do grupo, visto que a maioria não depende diretamente deste espaço como principal fonte de renda e preferem entregar os seus produtos em caixas fechadas para empresas privadas.

Neste sentido de acordo com o mesmo entrevistado D “ alguns do grupo entende LUCRO de forma errada: querem vender tudo de uma vez só.”

Durante entrevistas individuais e com o grupo nota-se que a feira é um ótimo canal de comercialização principalmente para os produtores de escalas produtivas menores, os quais tentam inovar e cultivar produtos diferenciados focando na qualidade e diversidade para atender as demandas do consumidor local. Em contrapartida, para a maioria dos produtores do grupo, de acordo com o entrevistado D (agosto, 2012):

“De forma geral, a preferência dos produtores em produzir os mesmos produtos prejudica a inovação o que leva a prejudicar a estratégia de feira-que é a diversificação.”

Apesar das controvérsias quanto às estratégias de vendas, o grupo enxerga de maneira muito positiva os avanços no setor comercial, pois o grupo destaca que:

“antigamente o grupo vendia produtos para o CEASA e para algumas empresas, onde recebiam por preços de produtos convencionais. Atualmente os mesmos produtos que são vendidos para o PNAE e PAA são valorizados e conseguimos escoar também nas feiras.” (GRUPO DOIS PINHEIROS, 2012)

Um ciclo de cadeia curta e direta ao consumidor final parece ser fator primordial para estes produtores familiares. Para o grupo, as vendas ao mercado institucional facilitou a logística, diminuiu a presença de atravessadores na cadeia e otimizou o tempo dos produtores para outras atividades na propriedade, principalmente para se dedicarem ao cultivo, já que a produção orgânica exige um maior tempo a ser dedicado na lavoura.

“O mercado institucional municipal faz com que não precisemos compensar o frete, se não for agente que leva, o atravessador ganha uma % grande encima da gente, como ocorria no passado quando entregávamos ao CEASA. Antes perdia-se o dia praticamente, tínhamos que sair de madrugada, você gasta bastante com combustível, manutenção do veículo e aqui é tudo pertinho, e perto do comercio, o comercio hoje chegou ate nós, como também as empresas que pegam o produto. Com o mercado institucional nas vendas municipais estamos 20 minutos das escolas do município de Rio Branco e de Colombo, e o CEASA esta bem distante disso, daí você não pode sair 8-9hs da manha para ir entregar, tem que sair meia noite ou uma da manha.”

Os avanços comerciais do grupo, atrelados principalmente ao mercado institucional gerou perspectivas de terem maior autonomia no mercado. De acordo

com o grupo “em termos de PAA e PNAE é uma ótima oportunidade de vendas é um mercado certo.” Para o entrevistado A (novembro 2012), os projetos acessados pelo PAA e PNAE, são propulsores para futuros consumidores, pois as crianças que estão sendo atendidas nas escolas, possivelmente serão consumidores de alimentos orgânicos no médio prazo.

O mercado institucional amplia as possibilidades de abertura para novos mercados e atua como um potencial reestruturador da família rural. Pois, tem estimulado que jovens retornem ao campo pela possibilidade de diversificação de negócios rentáveis a partir da agroecologia devido à possibilidade de agregação de valor.

“Antes a venda era mais in natura, atualmente tem grande espaço e demanda para produtos processados/agroindústria, isto é um chamariz para os jovens. EX: das 380 famílias dentro de 28 grupos no núcleo da Região metropolitana, 05 jovens voltaram para a terra!” (ENTREVISTADO A, NOVEMBRO 2012)

Ao vislumbrar possibilidades reais de agregação de valor e maior rentabilidade produtiva, o grupo Dois Pinheiros almeja criar uma cooperativa para que possam acessar diretamente projetos e programas que fomentem os seus negócios. Atualmente, o Grupo Dois Pinheiros cita que “nos vemos num papel importante para alavancar o mercado orgânico na região e aumentar os produtos de forma agregada.” Esperam adquirir uma agroindústria para beneficiar as matérias-primas e garantir preços mais elevados aos produtos. Através do beneficiamento o grupo quer expandir os seus canais de vendas e suprir as demandas da região por produtos orgânicos.

Apesar do grande potencial do grupo e das perspectivas aos avanços comerciais, a insegurança gerada pela falta de capacitação em gestão cooperativa e de mercado, bem como produtiva, tem sido um fator de estagnação ao alcance de seus objetivos no curto e médio prazo.

“Ainda não fizemos porque não nos sentimos maduros suficientes: precisamos de uma estratégia mais clara sobre o que queremos quanto cooperativa, pois isto envolve custos fixos, capacitação administrativa, maior entendimento de estratégias de mercado, dentre outras coisas” (GRUPO DOIS PINHEIROS, 2012).

Para estabelecer a autoconfiança destes agricultores, Pinheiro (2012, p.87) ressalta a necessidade de investimentos em pesquisa e capacitação voltados ao desenvolvimento e utilização de produtos e processos adequados à produção orgânica e de base agroecológica. Investimentos aliados aos ajustes nos marcos legais que regulamentam os insumos e instrumentalização do crédito são iniciativas estratégicas para proporcionar maior mobilidade aos produtores agroecológicos em fomentar os seus negócios.

### 5.2.2 Consumidor

O atual cenário econômico brasileiro aponta que o mercado de orgânicos vem crescendo de forma significativa, seguindo a tendência dos consumidores em busca de produtos saudáveis e seguros, e, de que o varejo e indústrias estão oferecendo produtos com a preocupação de incluir valores e conceitos de sustentabilidade em toda a cadeia.

Do ponto de vista do setor produtivo, um desafio para o produtor de bases agroecológica, é “enfrentar um mercado acostumado com uma constância de produção” (DAROLT,2001,p.86). Neste caso o marketing educacional é fator primordial ao aumento do consumo de produtos agroecológicos, aliado, a devida qualificação dos produtores quanto à organização e planejamento produtivo.

O papel do marketing na produção agroecológica vai muito além do aumento das vendas e do Market Share. No caso do Marketing educacional em questão deve utilizar informações que alertem, eduquem e informem o consumidor sobre a importância de consumir produtos variados e da época.

Este é um conceito que vem sendo disseminado nos mercado de produtos orgânicos e naturais pelo mundo. Segundo Schneider (2001, p.77) esta é uma tendência evidente na Europa que foca a conscientização das pessoas sobre as virtudes da produção e do consumo de produtos orgânicos. Isto implica em evidenciar os ganhos tanto ao meio ambiente quanto para a saúde.

Schneider (2001, p.77) ainda ressalta alguns fatores que contribuíram na conscientização da população inglesa a consumir produtos orgânicos:

[...] o aumento da preocupação em relação à procedência dos alimentos consumidos. O aumento das doenças causadas por alimentos – como o

envenenamento pelo uso abusivo de pesticidas e outros agrotóxicos em frutas e hortaliças, a doença da vaca louca (EEB) e os alertas de possíveis cânceres provenientes de alimentos transgênicos- levou a população a ficar mais atenta e cautelosa com os alimentos ingeridos.

No Brasil, um exemplo de empresa que pratica o marketing educacional é a Horta & Arte<sup>12</sup>, a qual é gerida por uma associação de pequenos produtores orgânicos. A empresa promove cursos de capacitação e treinamentos contínuos aos promotores das lojas das redes de supermercados das quais vendem os seus produtos. Assim, tais promotores estarão aptos a esclarecerem dúvidas não apenas referentes à qualidade dos alimentos, mas também sobre processos produtivos na produção orgânica.

Outra forma de fomentar o consumo e da produção de alimentos orgânicos é a implantação de informações sobre agroecologia nas grades curriculares das escolas e universidades. Para o entrevistado A (novembro, 2012), existem perspectivas que no médio e longo prazo serão incluídas no currículo escolar matérias que foquem a produção orgânica e sua importância, bem como as diferenças entre os produtos hidropônicos, orgânicos e convencionais. Está sem dúvida seria uma das melhores formas de propaganda e incentivo ao consumo de alimentos orgânicos e valorização da agricultura familiar agroecológica

No caso do Grupo dois Pinheiros, o trabalho com as feiras possibilitou maior interação com os consumidores, o que proporcionou melhor compreensão sobre o seu comportamento e tipos de produtos que os seus clientes esperam encontrar nas feiras.

A partir desta experiência de vendas o entrevistado D (agosto 2012,) relata que em sua percepção:

“O FUTURO É ORGÂNICO! Cada vez mais os consumidores perguntam sobre orgânicos e tem mais consciência sobre o que é orgânico. As crianças tem ajudado a educar os pais: OLHA MÃE, ESTE É ORGÂNICO, TEM BICHINHO!”

Para o entrevistado C (Outubro, 2012) o contato com o consumidor vai muito além do que uma relação comercial, pois é um momento em que pode expressar a sua consciência sob o ponto de vista da importância ambiental e da saúde que a

---

<sup>12</sup> <http://www.hortaearte.com.br>

agroecologia proporciona ao meio em que vive, tanto ao produtor quanto ao consumidor. Este fato demonstra que as feiras também servem como espaço de educação e divulgação da agroecologia e fomento ao consumo de alimentos orgânico.

Além disso, percebe-se o desenvolvimento de relações de confiança entre ambos:

“Me sinto bem em vender um produto saudável ao consumidor, esta consciência é um ponto muito positivo para o produtor. Gosto de trabalhar na feira, pois percebo que os consumidores são sinceros e justos: um consumidor me trouxe R\$ 0,50 que estava me devendo na semana anterior e eu nem lembrava disso” ENTREVISTADO C (OUTUBRO 2012)

Com a experiência de comercializar nas feiras, alguns produtores do grupo tem tentado diversificar a sua produção na tentativa de suprir algumas demandas dos clientes. Porém, sentem que a falta de conhecimento técnico-produtivo ainda é um fator que dificulta a diversificação produtiva dentro do grupo, “acredito que o receio pela inovação pode estar ligado a falta de assistência técnica” comenta o entrevistado D (agosto 2012).

Fatores como a baixa diversificação e volume de produtos para suprir a demanda dos consumidores, também são fatores que devem ser mitigados, pois encarecem os produtos orgânicos. Darolt (2001, p.87) explica que um conjunto de fatores promove a alta de preços de produtos orgânicos:

[...] a baixa escala de produção implica maiores custos (mão de obra e insumos) por unidade de produto. Em seguida, há uma desorganização no sistema de produção (falta de planejamento) e do processo de comercialização. Depois existem maiores riscos e necessidade de diversificação da unidade de produção, e, finalmente, os preços são maiores devido à embalagem (utilizadas para diferenciação em supermercados) que podem ultrapassar de 10 a 100% os similares convencionais.

Além destes fatores citados, o grupo Dois Pinheiros considera que o encarecimento de preços também está relacionado a demanda real de consumo praticado na região. Apesar das tendências apontarem que esta tem aumentado, o grupo considera que ainda é insuficiente, e que há necessidade de maior enfoque em promoções de campanhas em prol o consumo de produtos orgânicos.

Neste sentido, Schneider (2001, p.79) destaca que a conscientização da população torna-se uma ferramenta propulsora a profissionalização do mercado orgânico, sem perder de vista os valores de sustentabilidade intrínsecos nesta cadeia. É de grande valia que o governo brasileiro, assim como órgãos públicos, certificadoras e organizações afins invistam em campanhas de marketing educacional ao consumidor em potencial.

É necessário fomentar e fortalecer marcas locais e que sejam referentes a agricultura familiar valorizando as suas culturas e os diferenciais de qualidade de seus produtos. Deve-se ampliar os espaços de comercialização no mercado a partir do encurtamento das cadeias seja no mercado institucional ou de mercados privados, levando o produto agroindustrializado ou in natura ao consumidor diretamente pelo produtor ou a partir de distribuidores que estejam diretamente envolvidos com o setor produtivo.

O encurtamento e organização do circuito de comercialização contribuem para a redução de custos logísticos e da ação de intermediários. Consequentemente, proporciona maior interação produtor e consumidor possibilitando o marketing educacional e redução de preço final ao consumidor.

### 5.3 PRINCIPAIS DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA DIMENSÃO POLÍTICO-SOCIAL NA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA DE HORTIFRUTICULTURA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

A política agrícola brasileira é primordialmente voltada ao grande agronegócio, e por muitos anos tem investido em desenvolvimento de pacotes tecnológicos que contribuem com o desequilíbrio de sistemas agrícolas promovendo a dependência dos agricultores por insumos. Dentro deste contexto, é fundamental que exista maior integração entre produtores, trabalhadores rurais, setor público, organizações não governamentais, instituições financeiras, seguradoras, instituições de pesquisa e de formação, distribuidores e consumidores, a fim de contribuir para que agricultura orgânica supere as dificuldades enfrentadas nos empreendimentos sustentáveis do ponto de vista social, econômico e ambiental.

Graças à capacidade de organização de entidades como sindicatos, federações de cooperativas, cooperativas de crédito, ONG's, associações, grupos produtivos familiares dentre outras organizações da sociedade civil é que incentivos como a elaboração de políticas públicas que fomentem a agricultura orgânica foram criadas, mas a abrangência ainda é incipiente diante da extensão e demanda do país.

Medidas para incentivos de criação de microcrédito para custeio da produção orgânica a partir do PRONAF- Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar, e compras institucionais pelo PNAE, cujo programa já foi mencionado anteriormente neste estudo, tem contribuído aos produtores que desejam trabalhar a favor da conservação do meio ambiente e produzir alimentos de qualidade e saudáveis aos consumidores.

A importância para produtores familiares estarem organizados e fazerem parte de organizações de representação vai além do respaldo político e social, estarem organizados potencializa economicamente estas famílias. Segundo o entrevistado A (novembro, 2012):

“Sair do individual para o Coletivo: A partir do incentivo da AOPA e pelas suas próprias percepções, os produtores perceberam que também podem



diversificar os produtos a partir da venda conjunta nas feiras. Além disso, começam aprender a trabalhar em conjunto, se organizando como grupo, se revezando nas feiras, percebendo que com união e diversificação pode abastecer a banca de forma que o consumidor pode ser atendido de forma praticamente completa em sua banca.”

O grupo Dois Pinheiros neste sentido foi formado com o interesse de seus membros em comercializar produtos orgânicos, viabilizar custos de produção, acessar projetos comerciais e de formação e ampliar a sua representação na sociedade local. Porém, é perceptível que durante a conformação do grupo papéis foram sendo criados, o que desencadeou uma dinâmica interna que gera funcionalidade ao grupo.

“No grupo percebe-se uma mudança de mentalidade, pois aqueles que não estão se adaptando ou não compartilham dos mesmos ideais (solidariedade, união do grupo, agroecologia como filosofia de vida e não apenas por preço e mercado) saem espontaneamente e/ou é convidado a se retirar.” (ENTREVISTADO F, OUTUBRO 2012)

No grupo, existem representantes que atuam diretamente em entidades parceiras como a AOPA, Cooperativa Cresol, sindicato dos trabalhadores rurais e Unicafe PR- União de Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária. Isso potencializa o acesso às informações sobre políticas que estejam sendo desenvolvidas para agricultura familiar e direcionamentos de ações para fomentar a agroecologia e beneficiar o grupo. Segundo o entrevistado B (agosto, 2012) a presença de representantes do grupo em organizações da sociedade civil:

“ajudou a fomentar projetos coletivos e não individuais, levando a uma maior confiança das pessoas do grupo, e também ajudou a influenciar melhor nas discussões macros de políticas públicas e garantia de recursos para pôr projetos em prática.”

Um destes projetos foi o Projeto Feiras em parceria com a UFPR- Universidade Federal do Paraná, cuja parceria possibilitou que o grupo expandisse as suas vendas com a participação em feiras na cidade de Curitiba, melhorasse a qualidade de seus produtos com apoio de assistência técnica, aprendesse a organizar de forma mais apropriada agendas periódicas de reuniões do grupo e melhor compreendesse sobre as dinâmicas de mercado.

“com o projeto feiras foi possível aproximar o conhecimento técnico e científico com a realidade local do produtor, onde foi possível levar o produtor a conhecer a realidade técnica e científica na universidade com visitas dentro da universidade, isso foi uma vivência muito importante para o grupo” (ENTREVISTADO B, AGOSTO 2012).

A partir do projeto feiras o entrevistado E (agosto, 2012) destaca a importância de parcerias:

“No início ainda éramos meio sozinhos, depois que a Universidade entrou e começou a participar do grupo, o grupo começou a pegar mais nome mais força, pois antes era só a Cresol que apoiava o grupo. E depois da universidade o nosso potencial aumentou. Quanto mais organizações parceiras envolvidas melhor as possibilidades de ir para frente.”

O grupo tem percebido a importância da presença de representantes em entidades de representação social e política, mas ainda sim, a maioria dos membros estão desconectados de como estas entidades realmente tem atuado. Estas informações normalmente se concentram com aqueles que estão vivenciando o dia a dia nestas entidades.

“Em relação a Unicafes, por exemplo, o grupo em si não saberá responder qual a sua atuação neste momento, pois não conhece muito bem, mas para mim é uma entidade política importante para Agricultura Familiar e quem compreende mais os seus graus de importância e ações são geralmente as diretorias de Cooperativas e organizações correlatas” (ENTREVISTADO F, OUTUBRO 2012).

Para os membros do grupo que tem atuado na representação política e social em entidades da sociedade civil, percebe-se certo incômodo pelo fato de a representação política tomar muito do tempo que poderia estar sendo direcionado ao trabalho no campo. Neste sentido necessitam encontrar respaldo financeiro nestas entidades, bem como apoio do grupo para que seja possível permanecerem atuantes neste papel de representação e lobby.

Um passo muito importante para o grupo foi a eleição de um de seus membros como representante municipal (vereador) em Rio Branco do Sul. O eleito recebeu apoio financeiro e político do grupo para que fosse possível a partir de 2013 estreitarem relações com a prefeitura do município. Com respaldo político o grupo espera ter um representante ativo a serviço das organizações da Agricultura Familiar, ter maior acesso a projetos que fomentem a agroecologia e que sejam

direcionados ao grupo e parceiros. A partir da articulação política no município o grupo almeja ampliar de 70 a 80% as vendas de produtos para merenda escolar a partir do processamento dos produtos provenientes dos produtores familiares agroecológicos em Rio Branco do Sul.

O grupo demonstrou ter forte presença política na comunidade e agora também no município, gerando perspectivas de avanços econômicos e para maior desenvolvimento humano. Durante seu percurso histórico tem construído de forma coletiva oportunidades a cada membro em acessar mercados e serem incluídos na sociedade e economia local de forma condizente com os preceitos da agroecologia.

Consideram que o sucesso do grupo provém da convergência de seus ideais atrelados a agroecologia, onde vislumbram o respaldo não apenas econômico mas também da inclusão social. Todos do grupo veem na agroecologia uma maneira de ter melhorar a qualidade de vida, tanto na saúde por não haver exposição aos insumos nocivos utilizados na agricultura convencional, mas também por considerarem importante a convivência com a família e com a comunidade. Durante entrevista o entrevistado E (agosto 2012) citou que “Acredito que a proximidade física e espacial entre membros do grupo é importante para dar certo as relações em vários sentidos.”

A proximidade geográfica das famílias dentro da comunidade apesar de ser um fator relevante ao sucesso da interação do grupo, também promove internamente uma hierarquia proveniente da afinidade entre membros mais antigos em relação aos mais recentes no grupo. De certa forma, tem gerado à alguns membros desconforto em momentos de discussão e exposição de ideias e opiniões durante as reuniões mensais. O entrevistado D considera que dentro do grupo existem “panelas” formadas por famílias tradicionais nas comunidades. E que por isso percebe que o restante das pessoas pouco se destacam nas reuniões, e que de forma geral só falam quando perguntas lhes são direcionadas ou quando o assunto é sobre a questão financeira do grupo.

Contudo, é perceptível o esforço do grupo em promover a inclusão de todos os membros nas diversas atividades que lhes são promovidas, mesmo aqueles que não estavam cultivando produtos para fins comerciais, também se sentiam

envolvidos na dinâmica socioeconômica do grupo e eram estimulados a contribuir com soluções ou propostas diante de anseios apresentadas nas reuniões.

O ambiente externo: político, econômico e produtivo ao qual o grupo Dois Pinheiros está inserido, reflete internamente em sua dinâmica de organização interna. Seus membros de certa forma cumprem papéis importantes em cada um destes ambientes, havendo complementaridade de informações e visões vinculadas a cadeia hortifrutícola na agroecologia. Alguns membros interagem entre um ambiente e outro de maneira bastante dinâmica, e consideram esta peculiaridade importante para a sua contribuição no grupo e também para o seu desenvolvimento pessoal.

“é importante lidar com o consumidor, só trabalhar na roça você fica muito tímido, ate começa esquecer de tudo, fica ruim de memória. Na feira você até solta a memória, conversa com todo mundo, o dia a dia caminha melhor é uma experiência boa que você tem em vender direto o produto natural para o consumidor” (ENTREVISTADO E, AGOSTO 2012).

Partindo do contexto do Grupo Dois Pinheiros percebe-se que a importância de produtores estarem organizados em um grupo vai além das boas oportunidades advindas das parcerias com as diversas instancias da sociedade civil e governamental. Os membros apreciam o valor agregado adquirido em prol às suas realizações pessoais, provenientes das relações construídas internamente e apoio mútuo.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da agroecologia em Rio Branco do Sul está intimamente relacionado com a agricultura familiar. O Grupo Dois Pinheiros serviu como exemplo para evidenciar que o estabelecimento de uma nova base de produção para o sustento de produtores familiares a partir da agroecologia pode proporcionar adaptabilidade ao mercado e inclusão socioeconômica.

Ao serem analisadas três das dimensões da agroecologia, ou seja, produtiva, econômica e político-social, servindo como base de estudo o grupo Dois Pinheiros, percebeu-se a importância, dentro do contexto da região Metropolitana de Curitiba, da organização em rede. Este tipo de organização, oportuniza o desenvolvimento de parcerias importantes para fomentar construções coletivas de saberes, e tem apoiado os produtores a enfrentarem os desafios elencados ao sistema de produção orgânico na região.

Os desafios e potencialidades analisados nas três dimensões da agroecologia dentro da realidade de Rio Branco do Sul demonstraram que existem entre si grande complementaridade. E que por isso, a produção orgânica continua a avançar na região, fato este demonstrado claramente através do otimismo do grupo Dois Pinheiros perante as suas perspectivas de futuro em se tornar uma cooperativa para expandir os seus negócios e ter maior autonomia econômico-social.

Desde a sua constituição o Grupo dois Pinheiros naturalmente selecionou produtores que de fato incorporaram os preceitos da agroecologia em seu meio de vida, levando a uma constituição interna de perfis complementares no grupo. Pode-se dizer que o grupo possui clara consciência de fatores atrelados a cada dimensão, e isto tem facilitado de certa forma a solucionarem os problemas encontrados em cada uma delas.

Na dimensão produtiva o grupo possui ampla consciência sobre vários aspectos, como a não utilização, redução ou racionalização do uso de insumos químicos e de práticas nocivas ao ambiente e ao homem, substituição de insumos químicos pelos biológicos, importância da diversificação produtiva, planejamento da produção de acordo com o canal de comercialização a ser acessado, priorizando os circuitos curtos de comercialização.

Porém, tem enfrentado dificuldades relacionadas à falta de assistência técnica adequada a produção orgânica, baixa disponibilidade de insumos no mercado que sejam de interesse a agroecologia, deficiências no sistema de certificação, crédito e seguros inadequados ou ineficientes à produção orgânica. Tais dificuldades têm gerado grande desconforto e insegurança aos produtores agroecológicos para atuarem de forma adequada aos preceitos da produção orgânica.

A partir do “olhar externo”, vinculado a forma participativa de certificação pela Rede ECOVIDA, tem contornado mesmo que de forma tímida, problemas relacionados a capacitação técnica. Através da rede, os produtores são estimulados a participarem em discussões ampliadas com outros grupos, oportunizando possibilidades de parcerias de ordem técnica com instituições de ensino e não-governamentais. Nestes momentos, também são criados espaços de trocas de conhecimento, bem como oportunidade para expressarem suas críticas e sugestões para haverem melhorias na qualidade da certificação.

Nas dimensões econômica e político-social o grupo compreende a importância de expandir a sua consciência política a partir da construção social, ou seja, organização dos produtores em grupos, redes, e promoção de parceria entre núcleos. O grupo enxerga nesta construção em rede, potencial em acessar novos canais de comercialização e informações pertinentes ao fortalecimento econômico e político do grupo.

Atuando junto com organizações da sociedade civil o grupo Dois Pinheiros acredita que é possível sugerir mudanças institucionais na pesquisa, ensino e extensão, bem como apoiar na formulação de políticas públicas que favoreçam a elaboração de marcos legais em prol a inclusão de agricultores familiares agroecológicos na economia e na sociedade.

A consciência do grupo diante das três dimensões estudadas neste trabalho facilita de alguma forma que os seus membros atenuem as dificuldades encontradas em cada uma delas. Conscientemente ou não, dentro da realidade da qual estão inseridos, o grupo utiliza os potenciais de uma dimensão para mitigar as dificuldades de outra.

Com a participação ativa de alguns de seus membros em organizações da sociedade civil de maior representatividade como Unicafe, Cresol, Rede Ecovida e

AOPA, tem proporcionado ao grupo maior acesso a informações referentes a conjuntura política, econômica e social do país. Neste caso, o acesso a informações leva o grupo a aproveitar as oportunidades que estão sendo criadas, bem como participarem junto com estas organizações nos processos de formação de demandas para melhorias nas políticas estratégicas ao fomento da produção orgânica de alimentos e apoio a agricultura familiar.

Através da AOPA, o grupo tem acessado o mercado institucional, o qual atualmente é o principal canal de vendas para agricultura familiar. A atuação neste mercado tem mitigado as dificuldades de inserção de produtores agroecológicos no mercado metropolitano de Curitiba. O mercado institucional tem impulsionado a necessidade da profissionalização dos produtores quanto qualidade de produtos, rotulagem, beneficiamento e despertando perspectivas para maior agregação de valor, tecnificação e ampliação de canais de venda.

Dificuldades atreladas ao mercado, como maior compreensão da dinâmica de sazonalidade de consumo, falta de capacitação gerencial, falta de planejamento produtivo adequado e dificuldade de organização de circuitos comerciais, podem ser atenuadas pelas experiências adquiridas a partir das feiras e outros canais de comercialização. Espaços estes conquistados através de parcerias com a UFPR e Cresol.

A atuação nas feiras despertou no grupo a percepção de que existem dinâmicas diferentes para cada canal de venda. Assim, as feiras, representam um ótimo espaço para o marketing educacional e fidelização do consumidor, servindo como parâmetro para direcionar a escolha de produtos e variedades a serem cultivadas. As feiras tem sido uma estratégia positiva para produtores que tenham escalas menores de produção e que focam na diversificação produtiva, bem como, fornece capital de giro para as famílias, já que esta provê uma renda semanal.

A possibilidade de agregação de valor de produtos e organização do circuito comercial a partir de vendas ao mercado institucional e abertura de outros canais de mercado, possibilita maior incremento na renda e desperta interesse em jovens para retornarem ou permanecerem no campo. Esta pode ser uma solução para diminuir problemas de mão-de-obra no campo, proporcionar maior diversificação de renda e possibilitar que os produtores paguem pela assistência técnica continuada e

específica para as suas necessidades, diminuindo a dependência do poder público para providenciar este serviço tão almejado.

Os riscos inseridos na dinâmica da agricultura orgânica demonstram que capacitação gerencial deve ser investida e focada para aumentar a autoconfiança dos produtores a enfrentarem as mudanças sociais e econômicas que desafiam a abrangência da atividade agrícola na agroecologia.

A experiência do grupo Dois Pinheiros organizados em uma rede, atrelada à realidade da região, indica que não somente processos e produtos devam ser aperfeiçoados, há necessidade de inovações contínuas, das quais requerem diferentes combinações de instrumentos e alternativas, das quais podem ser encontradas nas três dimensões da agroecologia, ou seja, política, econômica e produtiva. Considerando as potencialidades intrínsecas a cada dimensão, é possível visualizar possibilidades de enfrentamento aos desafios inerentes ao ambiente globalizado no qual os produtores agroecológicos tem atuado.



## 7. REFERÊNCIAS

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C.I.; **Agroecology and the Search for a Truly Sustainable Agriculture**. 1.ed. University of California- Berkeley, 2005. 09-11p.

ASSIS, RENATO L.; **Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia**. Econ. Apl. 10(1): 75-89, ILUS, GRA, TAB. Mar 2006.

ASSIS, RENATO L.; ROMEIRO, ADEMAR R.. **Agroecologia e agricultura familiar na região centro-sul do estado do Paraná**. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Mar 2005, vol.43, no.1, p.155-170

BIOFACH 2013 NURNBERG – **Brazilian Organic and Sustainable Producers**. Disponível em: <http://orgprints.org/22367/>> Acesso em 31 Mar, 2013

CARDOSO, ANTONIO I.I.; Jovchelevich JOVCHELEVICH, PEDRO; MOREIRA, VLADIMIR. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico**. rev. Nera, ano 14, Nº. 19, Julho/Dez 2011, p 162-169

CANUTO, JOÃO CARLOS *et al.* **Marco referencial em agroecologia**. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária: Embrapa Informação Tecnológica, – Brasília DF 2006.

DAROLT, MOACIR ROBERTO. **As principais correntes do movimento orgânico e suas particularidades**. Disponível em :[www.mona-cea.com.br](http://www.mona-cea.com.br). Acesso em novembro 2012.

DAROLT, MOACIR ROBERTO. HORTIBIO 2001- **1º Congresso Brasileiro de Horticultura Orgânica, Natural, Ecológica e Biodinâmica - Resumos** p. 81-90

FIBL-IFOAM. **Organic Agriculture worldwide: Current Statistics**. Disponível em: <<http://www.organic-world.net>>. Acesso em 28 Dez ,2012

FINATTO, ROBERTO A.; SALAMONI, GIANCARLA. **Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS** ; Soc. nat. (Online)- Dez. 2008, p.199-217

FONSECA, MARIA FERNANDA A.C. **Agricultura Orgânica: Regulamentos técnicos e acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil**. PESAGRO-RIO, Niteroi-RJ, 2009, 14-33 p.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA J. **Novo Rural: uma abordagem ilustrada**, v.I. Londrina: IAPAR, 2002. v. I. 53 p. site [www.iapar.br](http://www.iapar.br) acessado em Outubro 2012

HENN, I.A.; **Atores de conhecimento e intervenção: a Construção Social da Agricultura Ecológica**. Doutorado. UNIVERSIDAD NACIONAL DE MISIONES (UNaM)- Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales. Posadas – Misiones, 2011.

HESPANHOL, ANTONIO NIVALDO. **Desafios da Geração de Renda Em Pequenas Propriedade e a Questão do Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**. Desenvolvimento Territorial e Agroecologia. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, Ano 2008, 82 p.

HESPANHOL, ANTONIO NIVALDO. **Agroecologia Limites e Perspectivas**. Desenvolvimento Territorial e Agroecologia. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, Ano 2008, 117-136 p

IBGE- **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/> > Acesso em Agosto 2012

IPD- Instituto de Promoção de Desenvolvimento. **Perfil do mercado orgânico brasileiro como processo de inclusão social**. Curitiba, 2010. p.17

BLANC, JULIEN; KLEDAL, PAUL RYE.. **The Organic Sector of Brazil: prospects and constraints of facilitating the inclusion of smallholders**, Journal of Rural Studies, vol 28, Ano 2012, p. 142-154

LIMA, ODAIR OLIVEIRA. **Gestão de Riscos na Agricultura Orgânica**. Disponível em <http://planetaorganico.com.br> >Acesso em Abril 2013.

LOMBARD et al,: **Estudo de Mercado para Produtos Organicos através de análise Fatorial**. Disponível em< <http://www.iea.sp.gov.br> > Acesso em Outubro 2012

MORIMOTO et al. **Cadeia Produtiva de Hortifruticultura**. Universidade Federal do Paraná- UFPR - Curso de Pós Graduação em Agronegócio. Ano 2011, p.1- 13

PADILHA, DOUGLAS O. **A construção da Racionalidade Ambiental no Momento Agroecológico em Rio Branco do Sul/PR**. Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2008, p. 68-75

MINISTERIO DA AGRICULTURA- MAPA. **Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Disponível em <[http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento sustentavel/organicos/legislacao](http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento/sustentavel/organicos/legislacao)> Acesso em Agosto 2012.

MUNARIM, ANTONIO. **Terra Solidária e a Identidade dos Agricultores do Sul do Brasil**. Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC. 2003, p.1

Paraná Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. **Documento-Base para o Programa Paraná Agroecológico/** Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Curitiba 2011.

Disponível em: [www.iapar.br/arquivos](http://www.iapar.br/arquivos) > Acesso em 10 ago. 2012

PINHEIRO, KEREN HAPUQUE . **Produtos Orgânicos e Certificação: o estudo desse processo em uma associação de produtores do município de Palmeira-PR.** Universidade Tecnológica Federal do Paraná- Mestrado em Engenharia de Produção- Ponta Grossa, Ano 2012, p.85-87

PROJETO FEIRAS. Disponível em: <https://sites.google.com/site/projetofeiras/videos-agroecologia>. Acesso em Julho 2012

Portal do estado de São Paulo. **Governo do estado apresenta projeto que incentiva a produção de orgânicos.** Disponível em: [www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias](http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias). Acesso em 05 Mar. 2013

REDE ECOVIDA: **Caderno de Formação: Certificação Participativa de Produtos Ecológicos.** Disponível em: [www.centroecologico.org.br/certificacao](http://www.centroecologico.org.br/certificacao). Acesso em 21Mar, 2013.

SAQUET, A. **Reflexões sobre Agroecologia no Brasil.** Desenvolvimento Territorial e Agroecologia.1. ed. São Paulo: Expressão Popular, Ano 2008. 137-152 p.

SANTOS, FERNANDO P.; CHALUB-MARTINS, LEILA. **Agroecologia, consumo sustentável e aprendizado coletivo no Brasil.** Educ. Pesqui. vol.38 n. 2, São Paulo Abr./June 2012, p.472.

SILVA, LUIZ S. NARDEL- **Perfil da Cadeia de Produção Orgânica na Região Oeste do Paraná.** Universidade estadual do Paraná- Unoeste- Centro de Ciências Agrárias Laboratório de Extensão Rural- Marechal Candido Rondon/Paraná – 2004, p.40

SCHNEIDER, DANIELE. HORTIBIO 2001- **1º Congresso Brasileiro de Horticultura Orgânica, Natural, Ecológica e Biodinâmica** - Resumos p. 77-79

SCHULTZ, G.; NASCIMENTO, L.F.M.; PEDROZO, E.A. **As cadeias produtivas de alimentos orgânicos do município de Porto Alegre/RS frente à evolução das demandas do mercado: lógica de produção e/ou de distribuição.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS. Porto Alegre, 2001. Disponível em <[www.fearp.usp.br](http://www.fearp.usp.br)> Acesso em Dezembro 2012